

emae

Empresa
Metropolitana
de Águas e
Energia S.A.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

CONTEÚDO

| | |
|--|----|
| Declaração dos Diretores..... | 01 |
| Relatório de Administração..... | 01 |
| Balanço Patrimonial - Ativo..... | 11 |
| Balanço Patrimonial – Passivo..... | 12 |
| Demonstrações do Resultado..... | 13 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 14 |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa..... | 15 |
| Demonstrações do Valor Adicionado..... | 16 |
| Notas Explicativas: | |
| 1 – Contexto Operacional..... | 17 |
| 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras..... | 19 |
| 3 – Principais Práticas Contábeis..... | 20 |
| 4 – Caixa e Equivalentes de Caixa..... | 25 |
| 5 – Revendedores e Consumidores..... | 25 |
| 6 – Valores a Receber – Energia Livre..... | 25 |
| 7 – Energia de Curto Prazo - CCEE..... | 26 |
| 8 – Valores a Receber..... | 26 |
| 9 – Alienação de Bens e Direitos (Valores a receber)..... | 27 |
| 10 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis..... | 27 |
| 11 – Arrendamento UTE Piratininga..... | 28 |
| 12 – Outros Créditos..... | 29 |
| 13 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa..... | 30 |
| 14 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos..... | 30 |
| 15 – Cauções e Depósitos Vinculados..... | 31 |
| 16 – Imobilizado..... | 32 |
| 17 – Obrigações Estimadas – Folha de Pagamento..... | 35 |
| 18 – Tributos e Contribuições Sociais..... | 35 |
| 19 – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC..... | 36 |
| 20 – Entidade de Previdência a Empregados..... | 36 |
| 21 – Taxas Regulamentares..... | 39 |
| 22 – Encargos de Uso da Rede Elétrica..... | 40 |
| 23 – Depósitos Vinculados..... | 40 |
| 24 – Provisão para Custos Socioambientais..... | 41 |
| 25 – Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Tributários..... | 41 |
| 26 – Provisão para Reajuste Salarial dos Empregados..... | 42 |
| 27 – Outras Obrigações..... | 42 |
| 28 – Transações com Partes Relacionadas..... | 43 |
| 29 – Patrimônio Líquido..... | 44 |
| 30 – Receita Operacional Líquida..... | 46 |
| 31 – Custos de Operação e Despesas Operacionais por Natureza..... | 49 |
| 32 – Resultado Financeiro..... | 50 |
| 33 – Seguros..... | 51 |
| 34 – Instrumentos Financeiros..... | 51 |
| 35 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa..... | 53 |
| 36 – Pirapora Energia S.A..... | 53 |
| 37 – Aprovação das Demonstrações Financeiras..... | 53 |
| 38 – Eventos Subsequentes..... | 53 |
| Informações Suplementares: | |
| Parecer do Conselho Fiscal..... | 56 |
| Parecer dos Auditores Independentes..... | 57 |

| | | | | | |
|---------------------------|-----------|------|------|------|--------|
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | SÃO PAULO | 2011 | n.12 | p.59 | DEZ/11 |
|---------------------------|-----------|------|------|------|--------|

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da UHY Moreira - Auditores, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

I. CONTEXTO OPERACIONAL

Sistema energético operado pela EMAE

A EMAE é concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden, cujas principais estruturas associadas são os reservatórios Billings e Pedras, o Canal Pinheiros, as elevatórias de Traição e Pedreira e a Estrutura de Retiro. Constituem, também, esse complexo hidroenergético, que tem como principal característica permitir o uso múltiplo dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica em que estão localizadas, as barragens de Pirapora e Edgard de Souza, no rio Tietê e o reservatório e canal Guarapiranga.

A EMAE possui, ainda, a concessão de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Izabel, atualmente fora de operação.

Em 24/06/2008, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.429, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a EMAE foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Pequena Central Hidroelétrica – PCH Pirapora, com potência instalada de 25 MW. Em 22/12/2010, a EMAE constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A.. Em 06/12/2011, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.242, a ANEEL transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a usina, que tem entrada em operação prevista para meados de 2014.



Mercado de Energia Elétrica

Conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética, foram consumidos ano passado 430,1 mil gigawatts-hora (GWh) de eletricidade na rede, 3,6% a mais que em 2010. Todas as classes apresentaram crescimento positivo, com destaque para os setores comercial (+6,3%) e residencial (+4,6%). A classe industrial apresentou crescimento mais modesto (+2,3%), caracterizado por uma dinâmica diferenciada entre as regiões do país.

A capacidade instalada no Estado de São Paulo, em dezembro de 2011, em usinas hidrelétricas e termelétricas era de 24.182,9 MW, correspondendo a aproximadamente 20,7% do total da capacidade instalada no Brasil, de 117.029,5 MW. Os aproveitamentos hidroelétricos concedidos a Companhia totalizam 949,4 MW, respondendo por cerca de 4% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 0,8% do Brasil.

Produção de Energia

Em 2011, as usinas da EMAE produziram 1.553,5 GWh (177,3 MW médios), o que representa uma redução de 28,2% em relação ao ano anterior. A maior geração verificada em 2010, principalmente na UHE Henry Borden (48,2% maior que em 2011), foi resultado do aumento da pluviosidade e, conseqüentemente, da afluência ao Reservatório Billings verificado no segundo semestre de 2009. Essa situação fez com que esse reservatório iniciasse 2010 com o maior armazenamento dos últimos 16 anos, o que permitiu um maior despacho da usina, que, no caso de Henry Borden, é feito centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Geração Verificada (GWh)

| USINA | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| UHE Henry Borden | 835,9 | 660,2 | 1326,8 | 1949,8 | 1316,0 |
| UTE Piratininga (*) | - | 294,1 | - | - | - |
| Pequenas Usinas (Rasgão e Porto Góes) | 237,9 | 239,8 | 226,2 | 214,3 | 237,5 |
| Total | 1.073,8 | 1.194,1 | 1.553,0 | 2.164,1 | 1.553,5 |

(*) arrendada à BSE Energia a partir de maio de 2008

Hidrologia

A chuva média acumulada em 2011 foi de 1.389 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, representando cerca de 98% da média histórica. A soma das vazões naturais afluentes aos reservatórios Billings e Pedras representou aproximadamente 112% da média histórica.

O bombeamento das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o reservatório Billings é realizado em conformidade com norma específica para este fim. Em 2011 ocorreram 34 eventos de bombeamento para controle de cheias, totalizando 1.227 horas no ano. A vazão média bombeada correspondeu a 8% da vazão afluente ao rio Tietê, na barragem Edgard de Souza.

O reservatório Billings, que iniciou 2011 com 71,4% de seu volume útil, atingiu o armazenamento máximo no dia 15 de abril, com 86,9%. A partir dessa data, o nível d'água desse reservatório foi gradativamente rebaixado, sendo atingido o armazenamento mínimo em 24 de dezembro, com 64,5%, encerrando o ano com armazenamento de 65,7%.







Comercialização de Energia

A energia assegurada da EMAE é negociada tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), por meio dos contratos celebrados com as distribuidoras de energia, quanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de contratos de longo, médio e curto prazos negociados com comercializadoras e consumidores livres. A energia disponível não vendida nesses ambientes e a energia reativa produzida na UHE Henry Borden e na Usina Elevatória de Pedreira foram liquidadas no mercado das diferenças junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Ao final de 2011, a EMAE atingiu 154,6 MW médios de contratos comercializados totalizando um faturamento de R\$ 131,3 milhões, sendo 128,6 MW médios no ACR (R\$ 102,3 milhões) e 26,0 MW médios no ACL (R\$ 29,0 milhões). A receita oriunda da liquidação na CCEE totalizou R\$ 31,4 milhões.

II. INVESTIMENTOS

Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHs

Com base em uma análise de cenários e em sua capacidade de investimento, a Companhia tem direcionado sua vocação e seus esforços para as energias renováveis e alternativas. Nesse segmento, as PCHs, por sua significativa atratividade estão no foco dos estudos para a expansão da oferta de energia elétrica a curto e médio prazo da Companhia, conforme segue:

- **Implantação de PCH na atual Barragem de Pirapora**

Construção da usina junto à barragem de Pirapora, com capacidade de 25 MW, com previsão para entrar em operação em meados de 2014. A maior parte dos recursos para a construção da usina (cerca de 80%) virá de financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela Companhia como Capital Social da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

- **Estudos para o aproveitamento do Rio Tietê no trecho entre as cidades de Anhembi e Salto**

A Companhia, por meio de convênio celebrado com o Departamento Hidroviário, efetuará novos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental no mencionado trecho do rio Tietê, de modo a otimizar integralmente as funções de geração de energia, navegação e combate a cheias.

Energia Eólica

A EMAE executou, em seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, estudo do potencial eólico e solar na região da casa de válvulas da UHE Henry Borden e, em conjunto com a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, está elaborando o Atlas Eólico do Estado de São Paulo, que identificará áreas de grande potencialidade para geração de energia elétrica a partir dos ventos. A conclusão do atlas está prevista para o primeiro semestre de 2012.

Aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e lodos para geração de energia elétrica

A EMAE vem, desde 2007, estudando o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e lodos para a geração de energia elétrica. Para tanto, em conjunto com a Secretaria de Energia, vem participando de grupos de estudo, inclusive de âmbito internacional, para avaliar as tecnologias disponíveis e sua adaptabilidade ao nosso país, incluindo, nesse trabalho, os aspectos ambientais, características físico-químicas dos resíduos sólidos urbanos, estudos de viabilidade econômico-financeiro, entre outros.

Estudos preliminares, análises, visitas técnicas, discussões com profissionais brasileiros e estrangeiros e consolidação dos conhecimentos, levaram a conclusão que a implantação de unidades de tratamento térmico de resíduos, com aproveitamento energético, é uma alternativa técnica e ambientalmente viável para a gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), principalmente nos municípios das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo.

A EMAE, com a experiência adquirida ao longo de anos na operação de usinas térmicas e na problemática da destinação do lixo em regiões densamente povoadas, insere-se como importante agente na proposição de uma alternativa a ser oferecida.

Outros Investimentos

No ano de 2011, objetivando atender as necessidades de manutenção, revitalização e expansão das suas instalações de geração e estruturas hidráulicas, a EMAE investiu nos seguintes empreendimentos:

- ✓ fornecimento do sistema de excitação estática da UHE Henry Borden Externa;
- ✓ fornecimento de equipamentos, montagem e instalação de painéis para substituição nos sistemas de proteção de barras dos transformadores e das linhas de transmissão e supervisão, comando, controle da UHE Rasgão;
- ✓ substituição dos reguladores de velocidade e excitação das unidades 1 e 2 da UHE Porto Góes;
- ✓ fornecimento dos disjuntores das linhas 88 kV da UHE Henry Borden Externa;
- ✓ fornecimento de sistemas de corrente contínua de 125 Vcc para a UHE Rasgão;
- ✓ conclusão dos estudos de avaliação de gestão de emergências do Reservatório Billings;
- ✓ construção da subestação e linhas de transmissão da PCH Pirapora;
- ✓ aquisição de transformadores de potencial e corrente reserva para o sistema de medição de energia da EMAE;
- ✓ certificação das medições anemométricas da torre instalada no Alto da Serra para definição do potencial eólico da região;
- ✓ iniciado os estudos regulatórios das Centrais Geradoras Hidráulicas – CGHs, diagnóstico, guia de tecnologia e equipamento através de convênio com a Secretaria de Energia;
- ✓ aquisição e instalação de motogeradores para a barragem de Pirapora e barragem reguladora Billings Pedras;
- ✓ aquisição de cerca de retenção de vegetação em módulos para instalação junto as comportas da barragem do Guarapiranga;
- ✓ serviços de instalação de guias dos painéis stop-logs das comportas das unidades 1 e 2 da UHE Rasgão;
- ✓ serviços de desassoreamento e recuperação de taludes do Canal Pinheiros, com previsão de retirada de 1.500.000 m³ até fevereiro de 2013;
- ✓ serviços relativos à melhoria da performance e segurança no tráfego de dados e a disponibilização de sistemas e serviços em rede, destacando-se as seguintes ações: atualização de 150 estações de trabalho, com compra de novos equipamentos e remanejamento de equipamentos usados; atualização da capacidade de transmissão de dados dos links de comunicação dedicados aos sistemas corporativos das UHEs Rasgão e Porto Góes, com incremento no desempenho de acesso à rede corporativa.



Pesquisa e Desenvolvimento - ANEEL

Desde o início do programa, a Companhia já destinou quase R\$ 10,5 milhões ao mesmo, dos quais R\$ 3.533 mil para o desenvolvimento de projetos, R\$ 4.633 mil para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R\$ 2.316 mil ao MME - Empresa de Pesquisa Energética, conforme a lei. Estão em desenvolvimento sete projetos, indicados a seguir: identificação e tratamento das interferências de harmônico, temporais e especiais, nas perdas, rendimentos e vida útil de máquinas síncronas; aproveitamento energético de resíduos de poda de árvores na forma de briquetes e pellets agregando lodo do sistema de tratamento das águas do rio Pinheiros, embalagens tetrapack e papel cartonado; viabilidade de uso e destinação dos sedimentos do canal do rio Pinheiros; produção em massa de mosquitos *Culex quinquefasciatus* (Díptera: Culicidae) e utilização da técnica SIT (insetos estéreis); Método de controle e avaliação de variáveis para monitoramento da população de mosquitos em lagos e reservatórios para geração de Energia Elétrica; metodologia para alocação dos custos do Sistema de Transmissão; avaliação de Ciclo de Vida (ACV) comparativa entre tecnologias de aproveitamento energético de resíduos sólidos e efeito de mudança climáticas no regime hidrológico de bacias hidrográficas e na energia assegurada de aproveitamento hidroelétricos.

III. OUTRAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Transporte

A EMAE opera um sistema de transporte público por balsas, com embarcações próprias, de forma gratuita e ininterrupta, em três regiões de travessia do reservatório Billings. Em 2011 foram transportados, aproximadamente, 1,4 milhões de veículos e 3,3 milhões de passageiros, em 188.487 viagens.

Lixo

Retirada do lixo que afluí às usinas elevatórias de Traição e de Pedreira, principalmente durante os eventos de chuva, de forma a permitir o eficiente funcionamento das unidades de bombeamento ali instaladas. No ano de 2011 foram retiradas aproximadamente 2 mil toneladas (5.124 m³) de lixo das referidas usinas. Nas usinas de Rasgão e Porto Góes, no rio Tietê, foram retiradas 2,5 mil toneladas (6.370 m³) de lixo.

Retirada de Vegetação Emergente

Em 2011 foram retirados 7,6 mil m³ de vegetação ao longo do Canal Pinheiros. Esse trabalho auxilia no combate à proliferação de insetos e mosquitos, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população das regiões sul e oeste da cidade.

Prestação de Serviços para Terceiros

Foram contratados, com terceiros, os seguintes serviços: i) contrato com a Petrobras para execução dos serviços de operação e manutenção das usinas termoelétricas Fernando Gasparian e Piratininga; ii) suporte de operação local na Subestação Piratininga, contrato firmado com a ISA-Cteep; iii) operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, responsável pelo controle das cheias do córrego Água Espreada, para a Prefeitura Municipal de São Paulo; iv) contrato com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para a execução dos serviços de manutenção corretiva na Barragem Móvel e manutenção preventiva nas barragens da Penha e Móvel.



IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EMAE é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na BOVESPA e controle acionário do Estado de São Paulo. É detentora de concessão federal para produção e comercialização de energia elétrica gerada a partir dos recursos hídricos das bacias do Alto e Médio Tietê e Baixada Santista. Desde a sua constituição vem aperfeiçoando seus processos de gestão e os sistemas de controle adotados.

Os órgãos estatutários que a compõem são a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva:

- O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. É constituído por até quinze membros, destacando-se que uma das vagas é preenchida pelos acionistas preferencialistas e outra por um representante eleito pelos empregados.
- O Conselho Fiscal da EMAE tem seu funcionamento permanente e é composto por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, sendo uma das vagas destinada aos acionistas preferencialistas.
- A EMAE possui quatro diretorias: i) Presidência; ii) Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores; iii) Técnica; e iv) Desenvolvimento de Negócios e Comercialização de Energia.

Os principais instrumentos normativos internos são o Estatuto Social, o Regimento da Diretoria e a Matriz de Delegação de Autoridade. Além destes, a Companhia possui diversas normas e políticas internas.

Dentre os principais órgãos de fiscalização e controle externo estão a ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, o TCE – Tribunal de Contas do Estado, e a Secretaria de Estado da Fazenda através do Departamento de Controle e Avaliação – DCA., além de uma empresa de auditoria independente. No âmbito interno, a EMAE possui um Departamento de Auditoria e uma Ouvidoria.

Planejamento Estratégico

As Estratégias vigentes indicam a necessidade de reposicionar a Companhia no ambiente externo, com foco nas energias renováveis e alternativas, e de uma melhoria no desempenho dos processos internos. Nesse sentido, foram definidos:

Temas Estratégicos

i) Energia Renovável; ii) Crescimento; iii) Excelência na Gestão; iv) Sustentabilidade e v) Operação e Manutenção de Sistema Hidráulicos.

Missão

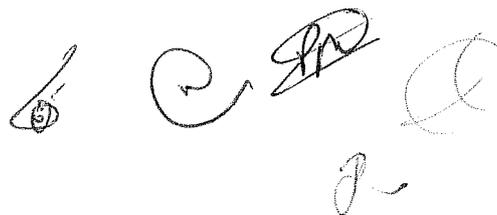
“Gerir recursos energéticos e sistemas hídricos, promovendo o desenvolvimento sustentável!”

Visão

“Ser referência na geração de energia, a partir de fontes renováveis no Estado de São Paulo”

Valores

“Comprometimento, Empreendedorismo, Qualidade e Respeito ao Meio Ambiente”



Sistemas de Gestão

A EMAE busca o aprimoramento de suas práticas de gestão incentivando as suas unidades a participar de programas e modelos de qualidade, como também na certificação em sistemas de gestão. Atualmente, a Companhia conta com duas unidades certificadas pelo Sistema de Gestão da Qualidade conforme os requisitos da NBR ISO- 9001, o Centro de Excelência em Manutenção e a unidade de Produção Henry Borden.

V. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A estratégia de sustentabilidade da EMAE está calcada na adoção e manutenção de elevados padrões de atuação com foco na geração de valor para todos os públicos com os quais se relaciona. De acordo com essa diretiva, destacamos as seguintes ações e programas:

Desenvolvimento de Pessoas

- **Treinamento e Desenvolvimento**

Para atender às diversas necessidades de treinamento e desenvolvimento, a Companhia, com um investimento da ordem de R\$ 312 mil, contabilizou, no período, 615 participações de empregados em eventos diversos, totalizando 4.464 horas em treinamento nas categorias cursos, palestras, seminários, *coaching*, congresso e reciclagem para atualização tecnológica.

- **Segurança, Saúde e Bem-Estar Social**

A atenção com a segurança, saúde e bem-estar da força de trabalho é uma qualidade da EMAE, evidenciada pelas ações elaboradas e realizadas, as quais transcendem o desenvolvimento dos Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e do Laudo das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT. Por meio delas, a Companhia contribui para que os trabalhadores percebam e se conscientizem da importância de prevenir doenças e acidentes, incentivando-os a buscar e sustentar um plano mais elevado possível do estado de bem-estar, com a conseqüente melhoria em sua qualidade de vida.

Cabe destacar que, considerando as características das atividades da EMAE, além dos trabalhadores do quadro próprio, todos os empregados de empresas contratadas recebem treinamento de prevenção de acidentes, envolvendo o uso do Equipamento de Proteção Individual - EPI e do Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, análise de riscos e medidas de segurança, causas e perdas envolvidas em acidentes, legislação e responsabilidade civil e criminal. Em 2011, foram contabilizadas 943 participações de prestadores de serviços.

Meio Ambiente

A EMAE desenvolve e implanta programas sócio-ambientais para os empregados e para a comunidade do entorno de suas instalações, incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania. A Companhia também busca soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, incorporando a preservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e, quando possível, eliminando impactos ambientais.

As atividades e projetos socioambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupados em três áreas de atuação: Programas Institucionais, Projetos Socioambientais e Estudos e Projetos Técnicos.



i) Programas Institucionais

São programas de educação e sensibilização ambiental, direcionados para os empregados, escolas e outros grupos da sociedade civil organizada. Em 2011, os principais programas desenvolvidos foram: Semana da Água, Semana do Meio Ambiente, Coleta Seletiva, Casa das Plantas (viveiro de mudas), Parceria Projeto São Paulo Pomar e Ecoturismo Caminhos do Mar.

ii) Programas Socioambientais

A maior parte das instalações e, conseqüentemente, das atividades da Companhia ocorre na Região Metropolitana de São Paulo em que há forte pressão por recursos e espaços. Para a gestão de suas atividades, a EMAE desenvolve e participa de diversos projetos, entre eles: Gestão Socio-patrimonial e Ambiental, Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas nas bordas de reservatórios, Operação Defesa das Águas (focada nas regiões de manancial da capital paulista), Projeto SALA VERDE e projeto "Integração das Instituições em Rede de Cidade Ademar e Pedreira", bairros próximos à sede da Companhia.

iii) Estudos e Projetos Técnicos

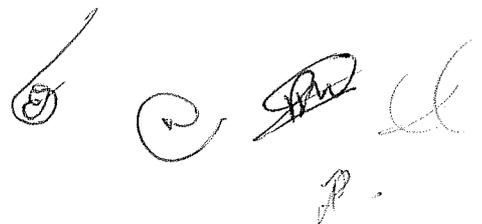
Em consonância com o compromisso da Companhia de desenvolver suas atividades de forma a eliminar ou mitigar os impactos ao meio-ambiente, a EMAE desenvolveu ou deu continuidade aos seguintes estudos e projetos: Programa de Gerenciamento e Destinação de Resíduos, Instalação de Estação de Qualidade do Ar para o monitoramento da região da UTE Piratininga, Regularização das Atividades de Desassoreamento do Canal Pinheiros e Caracterização e Classificação dos Materiais de Desaterro dos Bota-foras do Canal Pinheiros.

Responsabilidade Social

Visando colaborar com o desenvolvimento social de comunidades, onde estão inseridas as instalações da Companhia, o Programa de Responsabilidade Social promoveu em 2011 o envolvimento dos empregados em trabalhos voluntários junto a entidades, ampliou suas parcerias apoiando outras instituições, investiu na educação básica, reuniu a população do entorno da sede em atividades de qualidade de vida e deu continuidade aos trabalhos realizados com pessoas portadoras de deficiência (crianças e adultos). Dentre suas atividades destacam-se: o Programa de Voluntariado Empresarial, o Projeto Escola Pirapora, o Programa - Um Olhar para o Bem-Estar e a parceria com a APADE- Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência. Além desses projetos e programas, a Companhia realizou e apoiou ações pontuais, entre elas: os Programas Inverno no Verão e Natal Solidário e a Campanha de Apoio às Vítimas das Enchentes da Serra Fluminense.

Prêmios e Reconhecimento

Em 2011, a EMAE foi reconhecida externamente pelas suas práticas sociais, sendo premiada pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB, na categoria TOP SOCIAL.



VI. BALANÇO SOCIAL

| 1. Base de Cálculo | 2011 | | | 2010 | | |
|-------------------------------------|----------|--|--|---------|--|--|
| | R\$ Mil | | | R\$ Mil | | |
| Receita Líquida (RL)..... | 164.093 | | | 142.781 | | |
| Resultado Operacional (RO)..... | (20.311) | | | 31.860 | | |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB)..... | 109.348 | | | 101.855 | | |

| 2. Indicadores Sociais Internos | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | R\$ Mil | % sobre | | R\$ Mil | % sobre | |
| | | FPB | RL | | FPB | RL |
| Alimentação..... | 4.225 | 3,86 | 2,57 | 4.287 | 4,21 | 3,00 |
| Encargos Sociais Compulsórios | 24.441 | 22,35 | 14,89 | 22.425 | 22,02 | 15,71 |
| Entidade de Previdência a Empregados | 2.396 | 2,19 | 1,46 | 2.385 | 2,34 | 1,67 |
| Saúde..... | 6.974 | 6,38 | 4,25 | 5.986 | 5,88 | 4,19 |
| Capacitação e desenvolvimento profissional..... | 295 | 0,27 | 0,18 | 350 | 0,34 | 0,25 |
| Auxílio creche..... | 110 | 0,10 | 0,07 | 118 | 0,12 | 0,08 |
| Outros Benefícios..... | 87 | 0,08 | 0,05 | 64 | 0,06 | 0,04 |
| Total..... | 38.528 | 35,23 | 23,48 | 35.615 | 34,97 | 24,94 |

| 3. Indicadores Sociais Externos | 2011 | | | 2010 | | |
|--|---------------|-----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| | R\$ Mil | % sobre RO | % sobre RL | R\$ Mil | % sobre RO | % sobre RL |
| Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania..... | 251 | (1,24) | 0,15 | 249 | 0,78 | 0,17 |
| Transporte gratuito (Balsas)..... | 1.421 | (7,00) | 0,87 | 1.217 | 3,82 | 0,85 |
| Tributos (excluídos encargos sociais)..... | 45.453 | (223,79) | 27,70 | 31.288 | 98,20 | 21,91 |
| Total..... | 47.125 | (232,02) | 28,72 | 32.754 | 102,81 | 22,94 |

| 4. Indicadores Ambientais | 2011 | | | 2010 | | |
|---|---------|------------|------------|---------|------------|------------|
| | R\$ Mil | % sobre RO | % sobre RL | R\$ Mil | % sobre RO | % sobre RL |
| Investimentos relacionados com a operação da empresa..... | 845 | (4,16) | 0,51 | 1.027 | 3,22 | 0,72 |

| 5. Indicadores do Corpo Funcional | 2011 | | 2010 | |
|---|--------|--|--------|--|
| | | | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 672 | | 740 | |
| Nº de estagiários(as) | 8 | | 11 | |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 385 | | 455 | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 73 | | 80 | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 15,15% | | 18,18% | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 150 | | 170 | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 14,14% | | 9,41% | |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 12 | | 15 | |

| 6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2012 | |
|---|----------------------|--|
| | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | Direção e Gerências | |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | Todos(as) (+) Cipa | |
| A previdência privada contempla: | Todos os empregados | |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | São sugeridos | |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | Organiza e incentiva | |

VII. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita operacional bruta totalizou R\$ 193 milhões em 2011, apresentando incremento de 14% em relação a 2010, devido ao aumento na quantidade de energia fornecida a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, aos reajustes de preços nos contratos de venda de energia elétrica e de prestação de serviços e, principalmente, pela receita pelas liquidações financeiras no âmbito da CCEE.

As despesas operacionais apresentaram aumento de 13% em relação a 2010, decorrente, principalmente, da adesão de 80 empregados ao acordo mútuo de desligamento voluntário com efeito nas despesas de pessoal; da alteração na taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial (de 5,75% para 5,25% a.a.) com efeito nas despesas com entidade de previdência a empregados e do aumento nas provisões operacionais pela constituição de contingências para compromissos ambientais e da parcela incontroversa do reajuste salarial em discussão judicial.

As principais ações tomadas, com efeito positivo no resultado, foram: alienação dos imóveis não operacionais, com ganho de capital de R\$ 27 milhões; continuidade na prestação de serviços de operação e manutenção no complexo termoeletrico formado pela UTE Piratininga e UTE Fernando Gasparian para a Baixada Santista Energia, bem como na Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, para a Prefeitura do Município de São Paulo, além de outros serviços, como os de manutenção nas barragens Móvel e da Penha, pertencentes ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, que totalizaram receita de R\$ 29 milhões no ano.

Como consequência dos aspectos comentados, adicionado ao registro de perdas no valor de R\$ 61 milhões pela redução ao valor recuperável nos ativos da UHE Henry Borden (CPC 01), a EMAE encerrou 2011 com resultado do serviço negativo de R\$ 131 milhões (R\$ 85 milhões negativo em 2010).

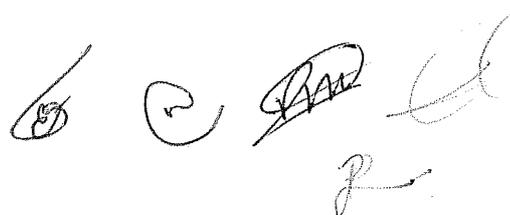
As receitas financeiras atingiram R\$ 39 milhões e as variações monetárias líquidas totalizaram R\$ 73 milhões, decorrentes da atualização do saldo do arrendamento da UTE Piratininga e de valores a receber do Instrumento de Confissão de Dívidas do DAEE. As despesas financeiras atingiram R\$ 2 milhões, decorrentes de encargos do FIDC, atualização de pré-venda de energia e juros sobre a Reserva Global de Reversão.

Assim, após a apropriação do imposto de renda e contribuição social, a Companhia encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 41 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003 e demais Normas e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a EMAE esclarece que no exercício 2011 a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e a UHY Moreira – Auditores, a partir do 3º ITR, inclusive, prestaram a esta Companhia exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração



BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

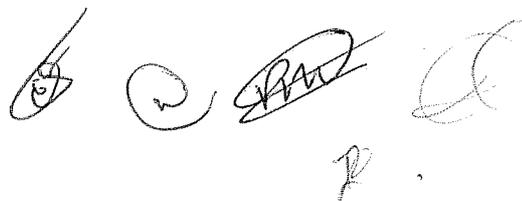
| | Notas explicativas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| ATIVO | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa..... | 4 | 69.702 | 21.236 | 81.933 | 21.436 |
| Revendedores..... | 5 | 14.234 | 11.371 | 14.234 | 11.371 |
| Consumidores..... | 5 | 2.473 | 2.116 | 2.473 | 2.116 |
| Valores a receber - Energia livre..... | 6 | 2.040 | 2.104 | 2.040 | 2.104 |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | 7 | 4.816 | 1.297 | 4.816 | 1.297 |
| Alienação de bens e direitos..... | 9 | 1.762 | - | 1.762 | - |
| Valores a receber..... | 8 | - | 14.260 | - | 14.260 |
| Tributos e contribuições sociais compensáveis..... | 10 | 3.323 | 4.323 | 3.350 | 4.323 |
| Estoque..... | | 2.630 | 2.460 | 2.630 | 2.460 |
| Arrendamento UTE Piratininga..... | 11 | 35.283 | 32.390 | 35.283 | 32.390 |
| Outros créditos..... | 12 | 19.574 | 11.937 | 19.389 | 11.937 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | 13 | (5.271) | (4.751) | (5.271) | (4.751) |
| Cauções e depósitos vinculados..... | 15 | 6.637 | 7.769 | 6.637 | 7.769 |
| Despesas antecipadas..... | | 196 | 98 | 196 | 98 |
| | | <u>157.399</u> | <u>106.610</u> | <u>169.472</u> | <u>106.810</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Valores a receber..... | 8 | 14.650 | 32.085 | 14.650 | 32.085 |
| Arrendamento UTE Piratininga..... | 11 | 423.396 | 421.073 | 423.396 | 421.073 |
| Cauções e depósitos vinculados..... | 15 | 10.955 | 8.839 | 10.955 | 8.839 |
| Investimentos..... | | 13.400 | 1.590 | 1.391 | 1.390 |
| Imobilizado..... | 16 | 511.394 | 562.236 | 511.394 | 562.236 |
| Intangível..... | | 884 | 636 | 884 | 636 |
| | | <u>974.679</u> | <u>1.026.459</u> | <u>962.670</u> | <u>1.026.259</u> |
| TOTAL DO ATIVO..... | | <u>1.132.078</u> | <u>1.133.069</u> | <u>1.132.142</u> | <u>1.133.069</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Notas explicativas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores..... | | 9.581 | 3.110 | 9.581 | 3.110 |
| Folha de pagamento..... | | 5.802 | 5.284 | 5.802 | 5.284 |
| Obrigações estimadas - folha de pagamento..... | 17 | 11.886 | 12.270 | 11.886 | 12.270 |
| Tributos e contribuições sociais..... | 18 | 7.934 | 9.564 | 7.998 | 9.564 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio..... | | 86 | 3.190 | 86 | 3.190 |
| Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC..... | 19 | 8.509 | 19.371 | 8.509 | 19.371 |
| Entidade de previdência a empregados..... | 20 | 43.401 | 20.506 | 43.401 | 20.506 |
| Taxas regulamentares..... | 21 | 7.199 | 6.746 | 7.199 | 6.746 |
| Encargos de uso da rede elétrica..... | 22 | 296 | 2.002 | 296 | 2.002 |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | | - | 52 | - | 52 |
| Depósitos Vinculados..... | 23 | 40.000 | - | 40.000 | - |
| Outros..... | | 4.929 | 3.938 | 4.929 | 3.938 |
| | | <u>139.623</u> | <u>86.033</u> | <u>139.687</u> | <u>86.033</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Tributos e contribuições sociais..... | 18 | 306 | 444 | 306 | 444 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC..... | 19 | - | 8.283 | - | 8.283 |
| Entidade de previdência a empregados..... | 20 | 23.578 | 55.630 | 23.578 | 55.630 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos..... | 14 | 118.892 | 115.057 | 118.892 | 115.057 |
| Taxas regulamentares..... | 21 | 769 | 769 | 769 | 769 |
| Provisão para custos socioambientais..... | 24 | 17.825 | 2.200 | 17.825 | 2.200 |
| Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários..... | 25 | 38.638 | 35.751 | 38.638 | 35.751 |
| Outras provisões..... | 26 | 4.360 | - | 4.360 | - |
| Outras obrigações..... | 27 | 16.202 | 16.202 | 16.202 | 16.202 |
| | | <u>220.570</u> | <u>234.336</u> | <u>220.570</u> | <u>234.336</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| Capital social..... | 29 | 285.411 | 285.411 | 285.411 | 285.411 |
| Reservas de capital..... | | 387.130 | 387.130 | 387.130 | 387.130 |
| Reservas de lucro..... | 29 | 120.584 | 140.159 | 120.584 | 140.159 |
| Prejuízos acumulados..... | 29 | (21.240) | - | (21.240) | - |
| | | <u>771.885</u> | <u>812.700</u> | <u>771.885</u> | <u>812.700</u> |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | | <u><u>1.132.078</u></u> | <u><u>1.133.069</u></u> | <u><u>1.132.142</u></u> | <u><u>1.133.069</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)**

| | Notas Explicativas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| | | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA..... | 30 | 164.093 | 142.781 | 164.093 | 142.781 |
| CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA | 31 | (223.079) | (192.156) | (223.079) | (192.156) |
| PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO..... | | (58.986) | (49.375) | (58.986) | (49.375) |
| Despesas Operacionais | | | | | |
| Custo do serviço prestado a terceiros..... | 31 | (1.075) | (826) | (1.075) | (826) |
| Despesas gerais e administrativas..... | 31 | (37.082) | (35.125) | (37.082) | (35.125) |
| Outras receitas e despesas..... | 31 | (33.666) | 490 | (33.861) | 490 |
| | | (71.823) | (35.461) | (72.018) | (35.461) |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO..... | | (130.809) | (84.836) | (131.004) | (84.836) |
| RESULTADO FINANCEIRO | | | | | |
| Receitas..... | 32 | 39.242 | 38.530 | 39.501 | 38.530 |
| Despesas..... | 32 | (2.065) | (2.279) | (2.065) | (2.279) |
| Variações monetárias líquidas..... | 32 | 73.257 | 80.445 | 73.257 | 80.445 |
| LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL..... | | (20.375) | 31.860 | (20.311) | 31.860 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | | |
| Correntes..... | 14 | (16.605) | (4.888) | (16.669) | (4.888) |
| Diferidos..... | 14 | (3.835) | (12.998) | (3.835) | (12.998) |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO..... | | (40.815) | 13.974 | (40.815) | 13.974 |
| LUCRO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL A : | | | | | |
| Acionistas controladores..... | | (40.815) | 13.974 | (40.815) | 13.974 |
| LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR:..... | | | | | |
| Ação preferencial..... | 29.4 | R\$ (1,14619) | R\$ 0,39242 | R\$ (1,14619) | R\$ 0,39242 |
| Ação ordinária..... | 29.4 | R\$ (1,04199) | R\$ 0,35675 | R\$ (1,04199) | R\$ 0,35675 |

A empresa não possui itens do resultado abrangente no exercício corrente e no exercício anterior exceto o lucro líquido do exercício e, portanto, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

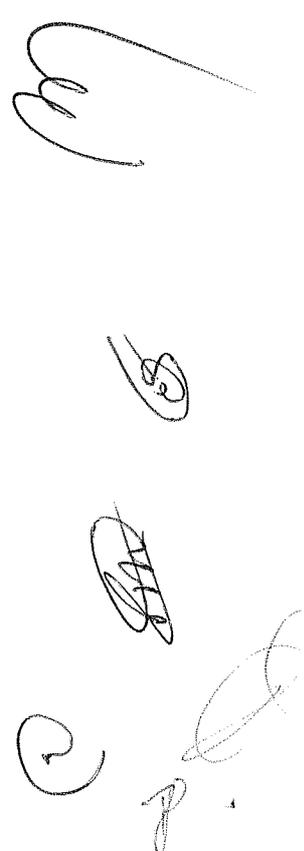
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras




DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.11 E 31.12.10
(Valores em milhares de reais)

| DESCRIÇÃO | CAPITAL SOCIAL | RESERVAS DE CAPITAL | | | RESERVAS DE LUCRO | | LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS | TOTAL |
|--|----------------|------------------------------|--------------------|---------------|-------------------|-----------------|-------------------------------|-------|
| | | SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO | INCENTIVOS FISCAIS | RESERVA LEGAL | LUCRO A REALIZAR | | | |
| Saldos em 31.12.2009..... | 285.411 | 383.618 | 3.512 | 8.529 | 140.397 | (19.619) | 801.848 | |
| Realização da reserva de lucro a realizar..... | - | - | - | - | (9.466) | 9.466 | - | |
| Lucro líquido do exercício..... | - | - | - | - | - | 13.974 | 13.974 | |
| Reserva legal..... | - | - | - | 699 | - | (699) | - | |
| Dividendos pagos em 15.07.11..... | - | - | - | - | - | (3.122) | (3.122) | |
| Saldos em 31.12.2010..... | 285.411 | 383.618 | 3.512 | 9.228 | 130.931 | - | 812.700 | |
| Realização da reserva de lucro a realizar..... | - | - | - | - | (10.347) | 10.347 | - | |
| Prejuízo do exercício..... | - | - | - | - | - | (40.815) | (40.815) | |
| Absorção da reserva legal..... | - | - | - | (9.228) | - | 9.228 | - | |
| Saldos em 31.12.2011..... | 285.411 | 383.618 | 3.512 | - | 120.584 | (21.240) | 771.885 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais: | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício..... | (40.815) | 13.974 | (40.815) | 13.974 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa proveniente das operações: | | | | |
| Depreciação..... | 28.687 | 28.825 | 28.687 | 28.825 |
| Variações monetárias/juros..... | (55.841) | (71.457) | (55.841) | (71.457) |
| Despesas com previdência privada..... | 25.342 | 8.962 | 25.342 | 8.962 |
| Ganho atuarial - CPC 33..... | (39.223) | (25.777) | (39.223) | (25.777) |
| Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01..... | 61.212 | - | 61.212 | - |
| Ganho na alienação de bens e direitos..... | (27.313) | (3.599) | (27.313) | (3.599) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos..... | 3.835 | 12.998 | 3.835 | 12.998 |
| Provisão p/créditos de liquidação duvidosa..... | 520 | 2.644 | 520 | 2.644 |
| Constituição (Reversão) de provisão para custos socioambientais..... | 15.625 | (2.809) | 15.625 | (2.809) |
| Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários..... | 14.270 | 11.074 | 14.270 | 11.074 |
| Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários..... | (11.383) | (1.656) | (11.383) | (1.656) |
| Outras Provisões..... | 4.360 | - | 4.360 | - |
| Taxas regulamentares..... | - | 1.543 | - | 1.543 |
| Outras..... | 99 | 465 | 109 | 465 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | | |
| Contas a receber de revendedores..... | (2.863) | 2.463 | (2.863) | 2.463 |
| Contas a receber de consumidores..... | (357) | 180 | (357) | 180 |
| Valores a receber - Energia livre..... | 64 | (2.029) | 64 | (2.029) |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | (3.519) | 860 | (3.519) | 860 |
| Valores a receber - DAEE..... | 38.116 | 23.451 | 38.116 | 23.451 |
| Renda da prestação de serviços..... | (6.279) | 1.496 | (6.279) | 1.496 |
| Tributos e contribuições compensáveis..... | 1.000 | (1.715) | 973 | (1.715) |
| Estoques..... | (170) | 108 | (170) | 108 |
| Despesas antecipadas..... | (98) | (64) | (98) | (64) |
| Outros créditos..... | (1.358) | (5.138) | (1.174) | (5.138) |
| Cauções e depósitos vinculados..... | (984) | 144 | (984) | 144 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | | |
| Fornecedores..... | 6.471 | 275 | 6.471 | 275 |
| Folha de pagamento..... | 518 | 106 | 518 | 106 |
| Obrigações estimadas - folha de pagamento..... | (384) | 736 | (384) | 736 |
| Tributos e contribuições sociais..... | (1.768) | 2.791 | (1.704) | 2.791 |
| Entidade de previdência a empregados..... | (9.682) | (10.883) | (9.682) | (10.883) |
| Taxas regulamentares..... | 453 | (6.516) | 453 | (6.516) |
| Encargos de uso da rede elétrica..... | (1.706) | (2.889) | (1.706) | (2.889) |
| Compra de energia elétrica - CCEE..... | (52) | 52 | (52) | 52 |
| Pré-venda de energia elétrica..... | - | (3.760) | - | (3.760) |
| Depósitos vinculados..... | 40.000 | - | 40.000 | - |
| Outros passivos..... | 991 | 2.528 | 991 | 2.528 |
| Caixa aplicado nas atividades operacionais | 37.768 | (22.617) | 37.999 | (22.617) |
| Juros pagos..... | (206) | (302) | (206) | (302) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | 37.562 | (22.919) | 37.793 | (22.919) |
| Fluxo de caixa das atividades de Investimentos: | | | | |
| Recebimento pela alienação de bens e direitos..... | 27.175 | 12.664 | 27.175 | 12.664 |
| Recebimento pela UTE Piratininga..... | 59.895 | 54.563 | 59.895 | 54.563 |
| Recebimento pela alienação Usina de Sodré..... | - | 3.103 | - | 3.103 |
| Aumento de capital em controlada..... | (11.800) | (200) | - | - |
| Adições ao imobilizado..... | (39.652) | (11.866) | (39.652) | (11.866) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento | 35.618 | 58.264 | 47.418 | 58.464 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | | | |
| Dividendos pagos..... | (3.104) | (1.133) | (3.104) | (1.133) |
| Amortização de empréstimos (principal) - FIDC..... | (21.610) | (19.275) | (21.610) | (19.275) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | (24.714) | (20.408) | (24.714) | (20.408) |
| Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa..... | 48.466 | 14.937 | 60.497 | 15.137 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício..... | 21.236 | 6.299 | 21.436 | 6.299 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício..... | 69.702 | 21.236 | 81.933 | 21.436 |
| Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa..... | 48.466 | 14.937 | 60.497 | 15.137 |







**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| Receitas | | | | |
| Receitas operacionais..... | 192.931 | 169.799 | 192.931 | 169.799 |
| Outras receitas..... | 27.240 | 3.134 | 27.240 | 3.134 |
| Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição..... | (520) | (2.644) | (520) | (2.644) |
| Receitas relativas à construção de ativos próprios..... | 39.653 | 11.866 | 39.653 | 11.866 |
| | <u>259.304</u> | <u>182.155</u> | <u>259.304</u> | <u>182.155</u> |
| Menos: | | | | |
| Insumos | | | | |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | 5.994 | 5.620 | 5.994 | 5.620 |
| Energia elétrica comprada para revenda..... | - | 349 | - | 349 |
| Encargos de uso da rede elétrica..... | 3.323 | 3.967 | 3.323 | 3.967 |
| Serviços de terceiros..... | 57.671 | 37.185 | 57.671 | 37.185 |
| Materiais..... | 17.629 | 12.177 | 17.629 | 12.177 |
| Outros custos operacionais..... | 21.979 | 7.286 | 21.979 | 7.286 |
| | <u>106.596</u> | <u>66.584</u> | <u>106.596</u> | <u>66.584</u> |
| VALOR ADICIONADO BRUTO..... | 152.708 | 115.571 | 152.708 | 115.571 |
| PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01..... | (61.212) | - | (61.212) | - |
| DEPRECIÇÃO..... | (28.687) | (28.825) | (28.687) | (28.825) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE..... | 62.809 | 86.746 | 62.809 | 86.746 |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | | | |
| Receitas financeiras..... | 39.242 | 38.530 | 39.501 | 38.530 |
| Equivalência Patrimonial..... | 195 | - | - | - |
| Entidade de previdência a empregados..... | (39.748) | (25.070) | (39.748) | (25.070) |
| Energia Livre: | | | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos..... | (3.835) | (12.998) | (3.835) | (12.998) |
| | <u>(4.146)</u> | <u>462</u> | <u>(4.082)</u> | <u>462</u> |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR..... | 58.663 | 87.208 | 58.727 | 87.208 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | | | |
| Pessoal: | | | | |
| Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS)..... | 84.194 | 79.777 | 84.194 | 79.777 |
| Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano..... | 2.408 | 2.399 | 2.408 | 2.399 |
| F.G.T.S..... | 9.169 | 5.370 | 9.169 | 5.370 |
| | <u>95.771</u> | <u>87.546</u> | <u>95.771</u> | <u>87.546</u> |
| Impostos, taxas e contribuições: | | | | |
| Encargos setoriais: | | | | |
| Quota para reserva global de reversão - RGR..... | 4.126 | 4.276 | 4.126 | 4.276 |
| Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos..... | 7.166 | 9.450 | 7.166 | 9.450 |
| Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica..... | 497 | 410 | 497 | 410 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D..... | 1.630 | 1.421 | 1.630 | 1.421 |
| | <u>13.419</u> | <u>15.557</u> | <u>13.419</u> | <u>15.557</u> |
| Federais: | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social..... | 16.605 | 4.888 | 16.669 | 4.888 |
| COFINS/PIS..... | 21.625 | 19.650 | 21.625 | 19.650 |
| INSS..... | 15.272 | 16.355 | 15.272 | 16.355 |
| | <u>53.502</u> | <u>40.893</u> | <u>53.566</u> | <u>40.893</u> |
| Municipais: | | | | |
| ISS..... | 1.457 | 1.671 | 1.457 | 1.671 |
| IPTU..... | 5.766 | 5.079 | 5.766 | 5.079 |
| | <u>7.223</u> | <u>6.750</u> | <u>7.223</u> | <u>6.750</u> |
| | <u>74.144</u> | <u>63.200</u> | <u>74.208</u> | <u>63.200</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros: | | | | |
| Juros e encargos de dívidas..... | 2.065 | 2.279 | 2.065 | 2.279 |
| Variações monetárias líquidas..... | (73.257) | (80.445) | (73.257) | (80.445) |
| Arrendamentos e aluguéis..... | 755 | 654 | 755 | 654 |
| | <u>(70.437)</u> | <u>(77.512)</u> | <u>(70.437)</u> | <u>(77.512)</u> |
| Remuneração de capitais próprios: | | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício..... | (40.815) | 13.974 | (40.815) | 13.974 |
| TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 58.663 | 87.208 | 58.727 | 87.208 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – “EMAE” ou “Empresa”, é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. A Empresa vem desenvolvendo estudos visando o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais, para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMAE está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

A EMAE possui a concessão para explorar 5 usinas hidrelétricas - Henry Borden, Porto Góes, Rasgão, Izabel e Edgard de Souza, que formam um parque gerador com 949,44 MW de potência instalada e uma Garantia Física de 164,5 MW médios que corresponde à energia comercializada (Nota 16.1), além de operar 2 usinas elevatórias. Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: concessionárias distribuidoras de energia elétrica, agentes comercializadores, consumidores livres e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – “CCEE” (Nota 30).

Da receita operacional da EMAE em 2011, 54% (contra 59% em 2010) foram provenientes de suprimento de energia elétrica, sendo 53% (57% em 2010) às distribuidoras e 1% (2% em 2010) a agentes comercializadores, 14% (13% em 2010) no segmento fornecimento de energia a consumidores livres e 16% (12% em 2010) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo os restantes 16% em 2011 (e 2010), provenientes de renda da prestação de serviços e de outras receitas.

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. – “Pirapora Energia”, subsidiária integral da EMAE, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Cerca de 80 % dos recursos para a construção da PCH, virão de financiamento do BNDES, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMAE como Capital Social da Pirapora Energia. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu a titularidade da autorização para exploração da PCH Pirapora da EMAE para a Pirapora Energia S.A.



1.1 Leilões de Energia (*)

A EMAE vendeu às concessionárias de distribuição, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, 129 MW médios nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes (“Energia Existente”) e 26 MW médios em Leilão de Novos Empreendimentos (“Energia Nova”), relacionados à disponibilidade de produção de energia, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

| Leilão de Empreendimentos Existentes | Período de Suprimento | Energia Vendida pela EMAE (MWm) | Preço EMAE R\$/MWh | Preço Médio Ponderado dos Participantes | Base dos Preços |
|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------|---|-----------------|
| 1º Leilão - Prod. 2005 | 2005 a 2012 | 85,0 | 60,84 | 57,51 | Jan/05 |
| 1º Leilão - Prod. 2006 | 2006 a 2013 | 33,0 | 69,21 | 67,33 | Jan/05 |
| 1º Leilão - Prod. 2007 | 2007 a 2014 | 5,0 | 75,75 | 75,46 | Jan/05 |
| 3º Leilão - Prod. 2006 | 2006 a 2008 | 3,0 | 63,24 | 62,95 | Out/05 |
| 4º Leilão - Prod. 2009 | 2009 a 2016 | 3,0 | 96,00 | 94,91 | Out/05 |
| | | 129,0 | | | |

| Leilão de Novos Empreendimentos | Período de Suprimento | Energia Vendida pela EMAE (MWm) | Preço EMAE R\$/MWh | Preço Médio Ponderado dos Participantes | Base dos Preços |
|---------------------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------|---|-----------------|
| 1º Leilão - Prod. 2008-H30 | 2008 a 2037 | 1,0 | 116,00 | 106,95 | Dez/05 |
| 1º Leilão - Prod. 2009-H30 | 2009 a 2038 | 1,0 | 116,00 | 114,28 | Dez/05 |
| 1º Leilão - Prod. 2010-H30 | 2010 a 2039 | 8,0 | 115,99 | 115,04 | Dez/05 |
| 10º Leilão - Prod. 2015-H30 | 2015 a 2044 | 16,0 | 154,49 | 99,48 | Nov/10 |
| | | 26,0 | | | |

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

1.2 Prorrogação das concessões

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. O Diretor-Geral da ANEEL, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, resolve encaminhar ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, nos seguintes termos: (i) Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de forma não onerosa, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas; (ii) UHE Izabel, com recomendação de indeferimento do pedido, devendo os bens relativos a este empreendimento serem revertidos para a União e (iii) UHE Edgard de Souza, pelo sobrestamento do exame do pedido, até que a análise da revisão do projeto básico desse empreendimento seja concluída pela Superintendência de Gestão de Recursos Hidroenergéticos – SGH da ANEEL. Dessa forma, devem ser mantidos os atuais níveis de rentabilidade e de atividade, uma vez que as usinas excluídas não participam da receita atual.





2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na nota explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

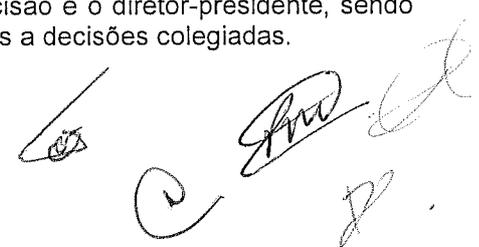
Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.



Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Conseqüentemente, a Empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Revendedores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Arrendamento a receber

Registrado ao valor justo do ativo arrendado, na data da operação ajustado pela taxa implícita da operação com base no valor presente dos recebimentos futuros e pela variação do IGP-M, em atendimento à Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing).

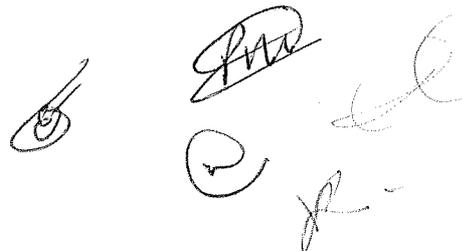
f. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

g. Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 16.



Os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado no período de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, os encargos financeiros são registrados diretamente no resultado.

h. Intangível

O intangível refere-se à licenças de software, classificadas como ativos com vida útil definida. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Empresa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) revendedores e consumidores (nota 5), (ii) valores a receber (nota 6 e 8); (iii) outros créditos (nota 12); (iv) alienação de bens e direitos (nota 9).

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (I) mantidos para negociação no curto prazo; (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (III) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Empresa tem classificados nesta categoria são: (i) caixa e equivalentes de caixa (nota 4); (ii) cauções e depósitos vinculados (nota 15).

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são mensurados ao custo amortizado, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Empresa não possui ativos classificados nesta categoria.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável ("impairment"), definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

k. FIDC e outras obrigações

Os contratos de FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e outras obrigações, são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, utilizando o método do custo amortizado.

l. Obrigações estimadas e folha de pagamento

Inclui as provisões sobre folha de pagamento, como férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

m. Outros direitos e obrigações

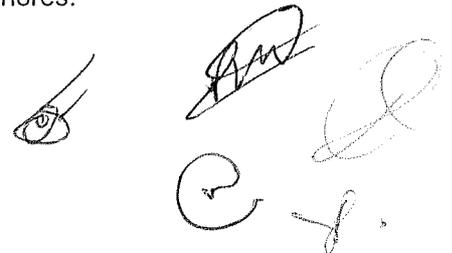
Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Empresa tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.



O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

o. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A IAS 37/CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

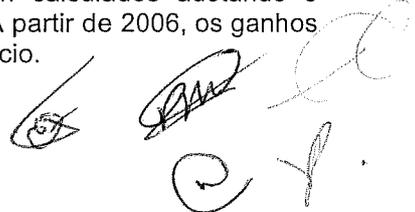
Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Empresa e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Empresa e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgadas em nota explicativa.

p. Provisões para custos socioambientais

É registrada à medida que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de prováveis riscos relacionados às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão registrados diretamente no resultado do exercício.

q. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto no CPC 33. A partir de 2006, os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.



r. Apuração do resultado

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Empresa; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

s. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMAE, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

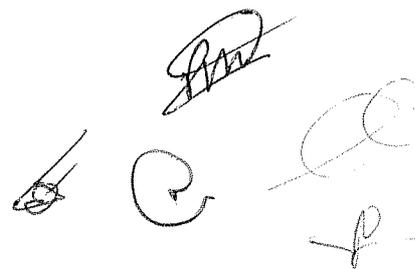
t. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

u. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Empresa não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído. Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 29.4.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Tipo de Aplicação | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Caixa e bancos conta movimento..... | | 69.559 | 19.019 | 81.790 | 19.219 |
| Aplicações financeiras: | | | | | |
| Banco Bradesco S.A..... | CDB (a) | 143 | 203 | 143 | 203 |
| Banco do Brasil..... | CDB (a) | - | 2.014 | - | 2.014 |
| | | <u>69.702</u> | <u>21.236</u> | <u>81.933</u> | <u>21.436</u> |

As taxas de juros relacionadas às aplicações financeiras, efetuadas em reais, foram de 11,0536% e 8,8746%, respectivamente em 2011 e 2010.

(a) Referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, emitidos por instituições financeiras no Brasil, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

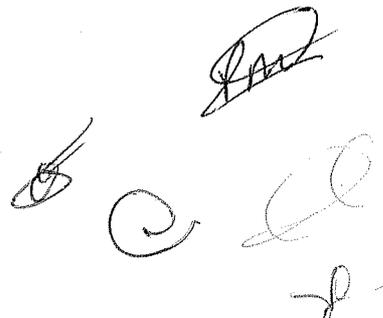
| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|---------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| a) Suprimento de Energia | | |
| Leilão de energia e agentes comercializadores..... | <u>14.234</u> | <u>11.371</u> |
| b) Fornecimento | | |
| Fornecimento de energia para consumidores livres..... | <u>2.473</u> | <u>2.116</u> |

6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses geradores livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE, (Mercado Atacadista de Energia, atual CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondia, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

A Resolução Normativa nº 387 da ANEEL, de 15/12/2009, estabelece a metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento. A operacionalização para a demonstração do saldo final dar-se-á nos próximos meses, conforme prazos constantes da citada Resolução.

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

| | |
|--------------------------|--------------|
| Composição: | |
| Saldo em 31.12.2010..... | 2.104 |
| Valor faturado..... | - |
| Valor recebido..... | (64) |
| Saldo em 31.12.2011..... | <u>2.040</u> |

Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADÉE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da Recomposição Tarifária Extraordinária, a EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 13).

7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2011 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Nota 30.4).

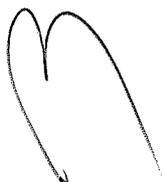
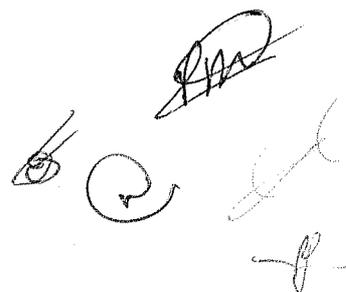
8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

| | Controladora e Consolidado | |
|-----------------------|----------------------------|----------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Circulante | | |
| Contrato..... | - | 14.260 |
| Não circulante | | |
| Contrato..... | 14.650 | 32.085 |

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

O valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos.

9. ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS (VALORES A RECEBER)

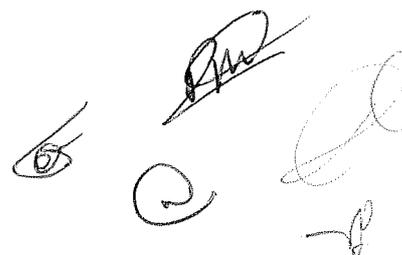
| | Controladora e Consolidado |
|--------------------|-------------------------------|
| | <u>31.12.11</u> |
| Circulante | |
| Contrato (1) | 1.227 |
| Contrato (2) | <u>535</u> |
| | <u>1.762</u> |

- (1) Refere-se a alienação do imóvel de 65.237,00 m², localizado próximo à Av. dos Autonomistas, entre o antigo leito do Rio Tietê e km 18 da Estrada de Ferro FEPASA, Município de Osasco, Estado de São Paulo, pelo valor de R\$ 7.500 para a empresa PRABODHAN Empreendimentos e Participações Ltda, conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 12 de abril de 2011, para recebimento em 12 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE.
- (2) Refere-se a alienação do imóvel de 6.382,38 m², localizado próximo à Rua Paulo Fontainha Geysler s/nº, altura do Km 267 da Rodovia Cônego Rongoni (SP-55) – Bairro Vila Industrial, Município de Cubatão – São Paulo, pelo valor de R\$ 1.990 para a empresa Hidromar Indústria Química Ltda., conforme instrumento particular de venda e compra celebrado em 15 de junho de 2011, para recebimento em 11 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPC-FIPE, acrescidas de juros de 12% ao ano.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | <u>31.12.11</u> | <u>31.12.10</u> | <u>31.12.11</u> | <u>31.12.10</u> |
| Circulante | | | | |
| Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a)..... | 234 | 510 | 234 | 510 |
| Imposto de renda a compensar (b)..... | 451 | 451 | 478 | 451 |
| Contribuição social a compensar (b)..... | 600 | 600 | 600 | 600 |
| COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c)..... | 1.338 | 2.086 | 1.338 | 2.086 |
| Imposto sobre serviços a compensar (d)..... | 400 | 400 | 400 | 400 |
| INSS a compensar (d)..... | 270 | 261 | 270 | 261 |
| Outros..... | 30 | 15 | 30 | 15 |
| | <u>3.323</u> | <u>4.323</u> | <u>3.350</u> | <u>4.323</u> |

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.
- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

11. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. – BSE (subsidiária integral da Petrobras).

Em 29 de maio de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou no Diário Oficial da União, extrato de termo aditivo relativo ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 002/2004 – ANEEL, firmado originalmente pela EMAE em 11 de novembro de 2004. Referido termo aditivo tem por objetivo adequar o instrumento contratual celebrado entre a União e a EMAE, de modo a contemplar a transferência de concessão para exploração da Usina Termoeletrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. – BSE, conforme a Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento. O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

| Conta | Controladora e Consolidado | | | | Saldo 31.12.11 |
|---------------------|----------------------------|----------------|-------------------------|-----------------|-------------------|
| | Saldo 31.12.10 | Transferências | Encargos Financeiros | Recebimento | |
| ATIVO | | | | | |
| Circulante..... | 32.390 | 31.027 | 31.761 | (59.895) | 35.283 |
| Não Circulante..... | 421.073 | (31.027) | 33.350 | - | 423.396 |
| | <u>453.463</u> | <u>-</u> | <u>65.111</u> | <u>(59.895)</u> | <u>458.679</u> |

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

| | Controladora e Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------------------------|----------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Valor nominal do contrato..... | 765.000 | 765.000 |
| Receita financeira não realizada..... | (246.228) | (277.989) |
| Variação monetária..... | 151.739 | 118.390 |
| Recebimentos..... | (211.832) | (151.938) |
| | <u>458.679</u> | <u>453.463</u> |

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

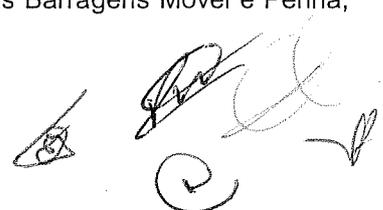
| | |
|-----------------------|----------------|
| Circulante | |
| De 2012..... | 35.283 |
| Não circulante | |
| De 2013 até 2017..... | 176.415 |
| De 2018 até 2024..... | 246.981 |
| | <u>423.396</u> |
| Total | <u>458.679</u> |

12. OUTROS CRÉDITOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Circulante | | | | |
| Serviços em curso (1)..... | 3.533 | 2.817 | 3.533 | 2.817 |
| Serviços - Barragem Penha (2)..... | 2.703 | 1.453 | 2.703 | 1.453 |
| Serviços - Canal Pinheiros (3)..... | 2.656 | 386 | 2.656 | 386 |
| Serviços - Petrobras (4)..... | 920 | - | 920 | - |
| Outros créditos (5)..... | 9.762 | 7.281 | 9.577 | 7.281 |
| | <u>19.574</u> | <u>11.937</u> | <u>19.389</u> | <u>11.937</u> |

1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

2 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de manutenção nas Barragens Móvel e Penha, conforme contrato nº 2010/22/00249.5.

- 3 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros.
- 4 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de operação e manutenção na UTE Nova Piratininga, conforme contrato nº 4600320061.
- 5 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de aluguéis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

13. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 5.271 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.751 em 2010).

| | Controladora e Consolidado | | |
|--|----------------------------|----------|----------|
| | 31.12.11 | Provisão | 31.12.10 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | (5.271) | (520) | (4.751) |

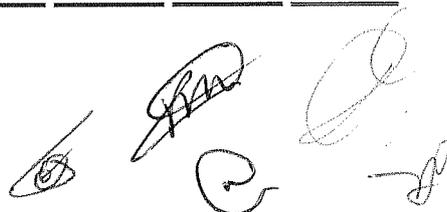
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

14.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

| | Controladora | | Consolidado | | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Imposto de Renda | Imposto de Renda | Imposto de Renda | Imposto de Renda | Contribuição Social | Contribuição Social | Contribuição Social | Contribuição Social |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições..... | (20.375) | 31.860 | (20.311) | 31.860 | (20.375) | 31.860 | (20.311) | 31.860 |
| Alíquota vigente..... | 25% | 25% | 25% | 25% | 9% | 9% | 9% | 9% |
| Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente..... | 5.094 | (7.965) | 5.078 | (7.965) | 1.833 | (2.867) | 1.828 | (2.867) |
| a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes | | | | | | | | |
| Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição..... | (4.037) | (3.883) | (4.037) | (3.883) | (1.453) | (1.398) | (1.453) | (1.398) |
| Outros..... | (222) | (337) | (271) | (337) | (692) | (747) | (710) | (747) |
| b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada Provisão | | | | | | | | |
| Provisões diversas..... | (20.978) | (2.157) | (20.978) | (2.157) | (7.552) | (777) | (7.552) | (777) |
| Outros (PAT, incentivos)..... | 315 | 104 | 315 | 104 | - | - | - | - |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL..... | 5.197 | 1.435 | 5.197 | 1.435 | 2.055 | 706 | 2.055 | 706 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado..... | (14.631) | (12.803) | (14.696) | (12.803) | (5.809) | (5.083) | (5.832) | (5.083) |
| Corrente..... | (11.811) | (3.245) | (11.876) | (3.245) | (4.794) | (1.643) | (4.817) | (1.643) |
| Diferido..... | (2.820) | (9.558) | (2.820) | (9.558) | (1.015) | (3.440) | (1.015) | (3.440) |
| Alíquota efetiva..... | 72% | 40% | 72% | 40% | 29% | 16% | 29% | 16% |

14.2 Composição dos saldos:

| | ATIVO | | PASSIVO | |
|--|----------------------------|-----------|----------------------------|----------|
| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | |
| | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Imposto de Renda | | | | |
| Provisões temporariamente indedutíveis até 2010 (a)..... | 21.972 | 19.815 | - | - |
| Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b)..... | 58.007 | 63.204 | - | - |
| Provisões temporariamente indedutíveis 2011 (c)..... | 20.978 | - | - | - |
| Obrigação fiscal diferida (d)..... | - | - | 87.420 | 84.601 |
| Contribuição Social | | | | |
| Provisões temporariamente indedutíveis até 2010 (a)..... | 7.910 | 7.133 | - | - |
| Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b)..... | 16.424 | 18.478 | - | - |
| Provisões temporariamente indedutíveis 2011 (c)..... | 7.552 | - | - | - |
| Obrigação fiscal diferida (d)..... | - | - | 31.471 | 30.456 |
| | 132.843 | 108.630 | 118.891 | 115.057 |
| Provisão para créditos tributários (e)..... | (132.843) | (108.630) | - | - |
| | - | - | 118.891 | 115.057 |

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2010, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na Parte "B" do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, e sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 11).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

15. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

| | Controladora e Consolidado | |
|--|-------------------------------|---------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Circulante | | |
| Depósitos vinculados (a)..... | 6.637 | 7.769 |
| Não circulante | | |
| Depósitos judiciais (b)..... | 5.338 | 3.703 |
| Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c)..... | 5.617 | 5.136 |
| | <u>10.955</u> | <u>8.839</u> |
| | <u>17.592</u> | <u>16.608</u> |

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 5.106 (R\$ 5.762 em 2010) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos (Nota 9), que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 1.531 (R\$ 2.007 em 2010) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.
- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, que poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo (Nota 19). Os saldos das quotas são ajustados mensalmente pelo valor da cotação de mercado.








16. IMOBILIZADO

É composto como segue:

| | Controladora e Consolidado | | | | | |
|--|--|------------------|-----------------------|------------------------------|----------------|----------------|
| | 2011 | | | 2010 | | |
| | Taxas anuais médias de Depreciação (%) | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Redução ao valor recuperável | Valor líquido | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | | |
| Terrenos..... | | 6.733 | - | - | 6.733 | 6.897 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras..... | 2,1% | 708.708 | (384.783) | - | 323.925 | 336.789 |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.... | 1,7% | 79.196 | (48.168) | - | 31.028 | 31.421 |
| Máquinas e Equipamentos..... | 2,8% | 427.860 | (263.428) | - | 164.432 | 170.291 |
| Veículos..... | 6,7% | 7.945 | (5.629) | - | 2.316 | 3.162 |
| Móveis e Utensílios..... | 2,9% | 2.033 | (1.988) | - | 45 | 93 |
| Subtotal..... | | <u>1.232.475</u> | <u>(703.996)</u> | - | <u>528.479</u> | <u>548.653</u> |
| Em curso..... | | | | | | |
| | | 44.127 | - | - | 44.127 | 13.583 |
| Redução ao Valor recuperável - CPC 01.. | | - | - | (61.212) | (61.212) | - |
| Total..... | | <u>1.276.602</u> | <u>(703.996)</u> | <u>(61.212)</u> | <u>511.394</u> | <u>562.236</u> |

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2011 e 2010 está representada por:

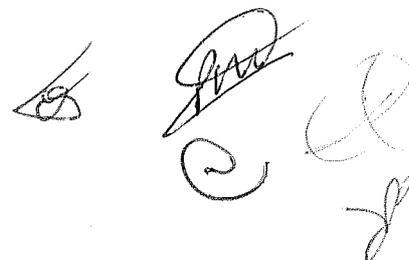
| | Taxas anuais médias de Depreciação (%) | Saldo em | | | Depreciação acumulada | Redução ao valor recuperável | Saldo em |
|---|--|------------------|---------------|----------------|-----------------------|------------------------------|----------------|
| | | 31.12.10 | Adições | Baixas | | | |
| Em serviço | | | | | | | |
| Terrenos..... | | 6.897 | - | (164) | - | - | 6.733 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras..... | 2,1% | 707.089 | - | - | 1.619 | (384.783) | 323.925 |
| Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias..... | 1,7% | 78.934 | - | (799) | 1.061 | (48.168) | 31.028 |
| Máquinas e Equipamentos..... | 2,8% | 422.937 | - | (833) | 5.756 | (263.428) | 164.432 |
| Veículos..... | 6,7% | 8.010 | - | (76) | 11 | (5.629) | 2.316 |
| Móveis e Utensílios..... | 2,9% | 2.035 | - | (2) | - | (1.988) | 45 |
| Subtotal..... | | <u>1.225.902</u> | - | <u>(1.874)</u> | <u>8.447</u> | <u>(703.996)</u> | <u>528.479</u> |
| Em curso..... | | | | | | | |
| | | 13.583 | 39.652 | - | (9.108) | - | 44.127 |
| Redução ao Valor recup. De ativos - CPC 01..... | | - | - | - | - | (61.212) | (61.212) |
| Total..... | | <u>1.239.485</u> | <u>39.652</u> | <u>(1.874)</u> | <u>(661)</u> | <u>(703.996)</u> | <u>511.394</u> |

Depreciação no resultado:

| | 2011 | 2010 |
|------------------|-----------------|-----------------|
| Imobilizado..... | (28.279) | (28.020) |
| Intangível..... | (408) | (805) |
| | <u>(28.687)</u> | <u>(28.825)</u> |

Total de aquisições:

| | 2011 | 2010 |
|------------------|---------------|---------------|
| Imobilizado..... | 39.460 | 11.334 |
| Intangível..... | 192 | 532 |
| | <u>39.652</u> | <u>11.866</u> |

16.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004 e aditado em 21 de maio de 2008 para contemplar a transferência da concessão da UTE Piratininga para exploração pela Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Nota 11), abrangendo portanto as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

| Usinas | Rios | Capacidade Instalada (MW) | Energia Assegurada (MW médios) | Data da concessão | Data de vencimento |
|----------------------|-----------------|---------------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| Hidrelétricas | | | | | |
| UHE Henry Borden | Rio das Pedras | 889,00 | 127,7 | 01.12.1982 | 30.11.2012 |
| UHE Porto Góes | Tietê | 24,80 | 19,9 | 01.12.1982 | 30.11.2012 |
| UHE Rasgão | Tietê | 22,00 | 17,6 | 01.12.1982 | 30.11.2012 |
| UHE Izabel | Ribeirão Grande | (a) 2,64 | 0,6 | 01.12.1982 | 30.11.2012 |
| UHE Edgard de Souza | Tietê | (a) 11,00 | - | 01.12.1982 | 30.11.2012 |
| | | <u>949,44</u> | <u>165,8</u> | | |

(a) Usinas fora de operação.

16.2 Condições de Renovação

A Empresa detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com termo final em 30 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por período de até 20 (vinte) anos, conforme cláusula segunda do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL – EMAE, firmado em 11 de novembro de 2004.

Em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16/03/2012, a ANEEL, por meio do despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União manifestou-se sobre o assunto, conforme relatado no item 1.2 destas Notas Explicativas.

16.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.






16.4 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração da Empresa preparou, com base no seu valor em uso, na decisão de Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, relativa ao processo de prorrogação de concessão de suas usinas hidrelétricas e, considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2032, para cada unidade de geração de caixa.

A estimativa preparada pela Administração indica que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 das usinas Rasgão e Porto Góes.

| Usina | 31.12.2011 (R\$ mil) | |
|------------|----------------------|----------------|
| | Valor de recuperação | Valor contábil |
| Rasgão | 35.522 | 26.705 |
| Porto Góes | 86.409 | 36.567 |

No entanto, para a UHE Henry Borden as projeções, indicaram necessidade de ajuste de R\$ 61 milhões no ativo imobilizado.

| UHE Henry Borden | R\$ mil |
|---|---------|
| Valor de recuperação em 31.12.2011 | 402.417 |
| Custo do Imobilizado líquido em 31.12.2011 | 463.629 |
| Provisão para redução ao valor de recuperação | 61.212 |

Principais premissas utilizadas:

- Fluxo de caixa futuro em moeda constante e trazidos a valor presente por taxa de desconto de 5,52%, equivalente ao WACC atual da EMAE.
- Receitas e despesas baseadas no orçamento empresarial aprovado pelo Conselho de Administração e nas expectativas de preço para comercialização de energia elétrica.
- Energia disponível comercializada ao preço de R\$ 96,81/MWh.

Metodologia:

- A receita de venda de energia de cada usina é obtida pelo rateio de sua garantia física em relação ao total da Empresa.
- No Complexo Henry Borden adicionou-se a receita de geração de reativos para o sistema, estimada com base em anos anteriores, conforme contrato de prestação de serviços auxiliares firmado com o O.N.S..
- Utilizada a média de geração de cada usina dos últimos sete anos para a estimativa das despesas com compensação financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.
- As despesas com energia de curto prazo para cada usina também foram estimadas com base na média de geração.







17. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – FOLHA DE PAGAMENTO

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|---------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Circulante | | |
| Provisão de férias e gratificação de férias..... | 5.861 | 6.381 |
| Encargos sociais sobre férias..... | 6.025 | 5.889 |
| | <u>11.886</u> | <u>12.270</u> |

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Circulante | | | | |
| COFINS s/ receitas..... | 1.195 | 1.145 | 1.195 | 1.145 |
| PIS s/ receitas..... | 259 | 249 | 259 | 249 |
| ICMS s/ receita de fornecimento de energia..... | 262 | 251 | 262 | 251 |
| Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa..... | 2.034 | 2.273 | 2.034 | 2.273 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1)..... | 2.694 | 4.303 | 2.758 | 4.303 |
| IPTU - REFIS (2)..... | - | 388 | - | 388 |
| IPTU - REFIS (3)..... | - | 82 | - | 82 |
| IPTU - REFIS (4)..... | 90 | 90 | 90 | 90 |
| ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (5)..... | 49 | 147 | 49 | 147 |
| Outros..... | 1.351 | 636 | 1.351 | 636 |
| | <u>7.934</u> | <u>9.564</u> | <u>7.998</u> | <u>9.564</u> |
| Não circulante | | | | |
| IPTU - REFIS (4)..... | 306 | 395 | 306 | 395 |
| ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (5)..... | - | 49 | - | 49 |
| | <u>306</u> | <u>444</u> | <u>306</u> | <u>444</u> |
| | <u>8.240</u> | <u>10.008</u> | <u>8.304</u> | <u>10.008</u> |

- (1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2010 a serem pagos em janeiro de 2011.
- (2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de São Paulo, com amortização em 120 parcelas mensais, a partir de maio de 2001.
- (3) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Santana do Parnaíba, com amortização em 60 parcelas mensais, a partir de agosto de 2006.
- (4) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.
- (5) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.








19. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

| | Controladora e Consolidado | | | |
|-----------|----------------------------|----------------|-------|----------|
| | 31.12.11 | | | 31.12.10 |
| | Circulante | Não circulante | Total | Total |
| FIDC..... | 8.509 | - | 8.509 | 27.654 |

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI – Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.

O Fundo, do tipo fechado, é administrado pela INTRAG – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mediante cessão de créditos oriundos de CCEAR's (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), assinados com 34 distribuidoras de energia.

A EMAE possui créditos próprios em quotas subordinadas no valor de R\$ 5.617 (R\$ 5.136 em 2010), registrados no ativo não circulante, cauções e depósitos vinculados (Nota 15).

A movimentação dos saldos do FIDC em 2011 está representada por:

| Controladora e Consolidado | | | | |
|----------------------------|-------------|----------|------------|-------|
| 31.12.10 | | 31.12.11 | | |
| Despesa | | | | |
| Variações | | | | |
| Saldo | Amortização | Juros | monetárias | Saldo |
| 27.654 | (21.816) | 206 | 2.465 | 8.509 |

| Controladora e Consolidado | | | | | |
|----------------------------|-------|--------|-----------|-------|--------|
| 31.12.10 | | | 31.12.11 | | |
| Principal | Juros | Total | Principal | Juros | Total |
| 19.275 | 302 | 19.577 | 21.610 | 206 | 21.816 |

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

| Credor | Objeto | Controladora e Consolidado | | | |
|---------------|--|----------------------------|----------------|----------|----------|
| | | 31.12.11 | | | 31.12.10 |
| | | Circulante | Não circulante | Total | Total |
| FUNDAÇÃO CESP | - Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS..... | 43.401 | 110.660 | 154.061 | 123.996 |
| | - Ajuste CPC 33 (IAS 19)..... | - | (87.082) | (87.082) | (47.860) |
| | | 43.401 | 23.578 | 66.979 | 76.136 |

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2011 está representada por:

| Controladora e Consolidado | | | |
|----------------------------|-------------|----------|--------|
| 31.12.10 | | 31.12.11 | |
| Saldo | Amortização | Despesa | Saldo |
| 76.136 | (48.905) | 39.748 | 66.979 |

| No resultado: | 2011 | 2010 |
|-----------------|---------------|---------------|
| Plano BSPS..... | 39.748 | 25.070 |
| Plano CD..... | 2.408 | 2.399 |
| | <u>42.156</u> | <u>27.469</u> |

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

20.2 DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO A SER REGISTRADO DE ACORDO COM A CPC33/ IAS19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:

a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

| | 31.12.11 | 31.12.10 |
|--|-----------------|-----------------|
| Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial | 10,24% | 10,24% |
| Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano..... | 10,24% | 11,28% |
| Taxa de crescimento salarial futuro..... | 7,12% | 7,12% |
| Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada..... | 4,00% | 4,00% |
| Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo..... | 0,9784 | 0,9784 |
| Taxa de rotatividade..... | nula | nula |
| Tábua de mortalidade..... | AT - 2000 | AT - 2000 |
| Tábua de entrada em invalidez..... | LIGHT-MÉDIA | LIGHT-MÉDIA |
| Tábua de mortalidade de ativos..... | Método de Hamza | Método de Hamza |
| Nº de participantes ativos (*)..... | 716 | 742 |
| Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez (*)..... | 462 | 439 |
| Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez (*)..... | 29 | 29 |
| Nº de participantes inativos - pensionistas (*)..... | 40 | 41 |

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

b1) Conciliação dos ativos e passivos

| | <u>31.12.11</u> | <u>31.12.10</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| Total do passivo atuarial..... | 534.593 | 506.431 |
| Valor justo dos ativos (marcados a mercado)..... | (467.614) | (430.295) |
| Passivo líquido..... | <u>66.979</u> | <u>76.136</u> |

b2) Movimentação do passivo atuarial

| | <u>31.12.11</u> | <u>31.12.10</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| Valor presente da obrigação atuarial total líquida..... | 506.431 | 461.126 |
| Custo dos juros..... | 51.859 | 47.219 |
| Ganho/Perda atuarial..... | 3.629 | 22.776 |
| Benefícios pagos..... | (27.326) | (24.690) |
| Valor presente da obrigação atuarial total líquida..... | <u>534.593</u> | <u>506.431</u> |

b3) Movimentação do ativo do plano

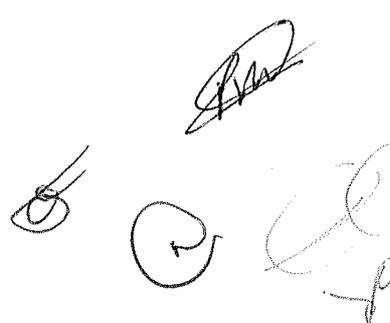
| | <u>31.12.11</u> | <u>31.12.10</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| Valor justo do ativo do plano..... | 430.295 | 373.399 |
| Contribuição do empregador..... | 9.710 | 10.947 |
| Retorno ocorrido dos investimentos..... | 54.935 | 70.639 |
| Benefícios pagos..... | (27.326) | (24.690) |
| Valor justo do ativo do plano..... | <u>467.614</u> | <u>430.295</u> |

b4) Despesa estimada para:

| | <u>2012</u> |
|--------------------------------|--------------|
| Custo dos juros..... | 54.742 |
| Retorno dos investimentos..... | (47.884) |
| Total..... | <u>6.858</u> |

b5) Conciliação do passivo atuarial:

| | <u>2011</u> | <u>2010</u> |
|---|---------------|---------------|
| Saldo Inicial..... | 76.136 | 87.727 |
| Despesa..... | 3.322 | 5.100 |
| Contribuição - pagamento e amortização..... | (48.905) | (36.661) |
| Ganhos (perdas) atuariais | 36.426 | 19.970 |
| Saldo final..... | <u>66.979</u> | <u>76.136</u> |

20.3 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS – R\$ 154.061

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

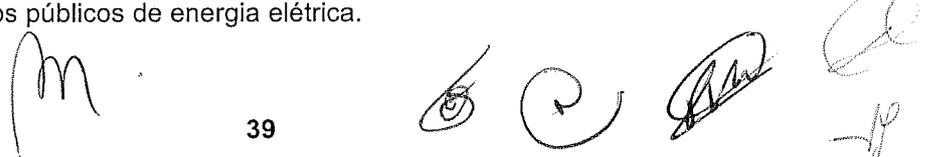
Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2011, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

21. TAXAS REGULAMENTARES

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|--------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Circulante | | |
| Reserva Global de Reversão - RGR (1): | | |
| - Quota mensal..... | 312 | 292 |
| - Diferença de quotas - 2008 (2)..... | - | 414 |
| - Diferença de quotas - 2009 (3)..... | 85 | 1.016 |
| - Diferença de quotas - 2010 (4)..... | 379 | - |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos..... | 1.191 | 873 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL..... | 41 | 34 |
| Quota para P&D - FNDCT (5)..... | 107 | 60 |
| Quota para P&D - EPE (5)..... | 54 | 30 |
| P&D - Recursos para projetos (5)..... | 5.030 | 4.027 |
| | <u>7.199</u> | <u>6.746</u> |
| Não circulante | | |
| Reserva Global de Reversão - RGR: | | |
| - Diferença de quotas - 2010 (4)..... | - | 769 |
| - Diferença de quotas - 2011 (6)..... | 769 | - |
| | <u>769</u> | <u>769</u> |
| | <u>7.968</u> | <u>7.515</u> |

(1) Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão – RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.



- (2) Conforme despacho ANEEL nº 218 de 2 de fevereiro de 2010, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2010.
- (3) Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011.
- (4) Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012.
- (5) Referem-se ao saldo das quotas de P&D – Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (6) Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL no início de 2013.

22. ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

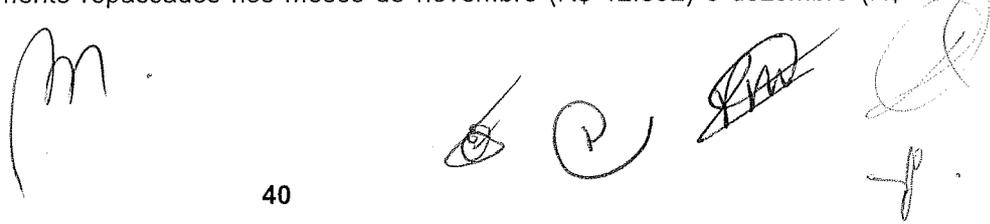
| | Controladora e Consolidado | | | |
|---|----------------------------|----------------|-------|----------|
| | 31.12.11 | | | 31.12.10 |
| | Circulante | Não circulante | Total | Total |
| Encargos de uso da rede elétrica - CUSD/CUST (a)..... | 137 | - | 137 | 119 |
| Tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSDg (b)..... | 159 | - | 159 | 1.883 |
| | 296 | - | 296 | 2.002 |

- (a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.
- (b) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497/2007, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de setembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176/2007 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.

Foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.34.00. 040933-5 contra ato do Diretor Geral da ANEEL, com obtenção de liminar, em 28 de agosto de 2007, determinando a suspensão do artigo 4º e do anexo IV da Resolução Homologatória ANEEL nº 497/07, desobrigando ao pagamento da TUSDg mensal atual e retroativa (de 01/06/04 a 30/07/07) determinadas pela referida Resolução, além da obrigatória assinatura de Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), sendo determinado à ANEEL que se abstenha de aplicar multa ou qualquer medida coercitiva nesse sentido. O processo encontra-se na AGU – Advocacia Geral da União.

23. DEPÓSITOS VINCULADOS

Para efetuar os serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros e o aumento da capacidade de bombeamento nas elevatórias de Traição e Pedreira, foi aprovado no Orçamento do Estado constante da Lei nº 14.309, de 27/12/2010, o aporte de capital no montante de R\$ 40.000 para 2011 na EMAE, efetivamente repassados nos meses de novembro (R\$ 12.392) e dezembro (R\$ 27.608).



24. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

| | Controladora e Consolidado | | | |
|-----------------------------------|----------------------------|------------|----------|-------|
| | 31.12.11 | | 31.12.10 | |
| | Não | | | |
| | Circulante | circulante | Total | Total |
| Compromissos socioambientais..... | - | 17.825 | 17.825 | 2.200 |

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

25. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

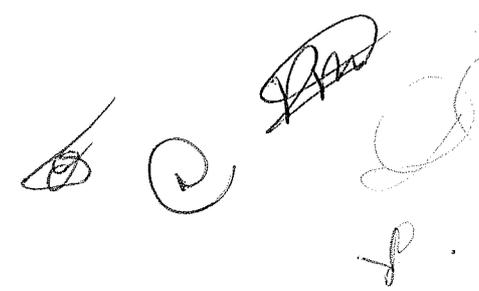
| | Controladora e Consolidado | | | |
|-------------------------|----------------------------|---------------|-----------------|---------------|
| | 31.12.10 | 31.12.11 | | |
| | Saldo | Provisão | Reversão | Saldo |
| Não circulante | | | | |
| Trabalhistas | | | | |
| Periculosidade..... | 13.309 | 1.919 | - | 15.228 |
| Diversas..... | 6.948 | 4.485 | (4.055) | 7.378 |
| | <u>20.257</u> | <u>6.404</u> | <u>(4.055)</u> | <u>22.606</u> |
| Cíveis..... | 11.037 | 6.514 | (2.080) | 15.471 |
| Tributárias..... | 4.457 | 1.352 | (5.248) | 561 |
| | <u>15.494</u> | <u>7.866</u> | <u>(7.328)</u> | <u>16.032</u> |
| | <u>35.751</u> | <u>14.270</u> | <u>(11.383)</u> | <u>38.638</u> |

Periculosidade – Contingência de processo trabalhista – periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 15.228 em 31 de dezembro de 2011.

Diversas – Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis – Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial. A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho nº 288/2 002 da ANEEL. Diante do recálculo e redistribuição pretendida pela autora, a EMAE provisionou o montante de R\$ 9.663.

Tributárias – Refere-se a ação anulatória em face da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, onde se discute a suspensão do contrato de Uso dos Sistemas de Transmissão – CUST e do pagamento do TUSD, no valor de R\$ 561.

Depósitos judiciais – A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários em 31 de dezembro de 2011, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

| Natureza | Controladora e Consolidado | | | | | |
|---------------------|----------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | Provável | | Possível | | Remota | |
| | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Administrativo..... | - | - | 94 | - | - | - |
| Ambiental..... | - | - | 72 | - | - | - |
| Cível..... | 15.471 | 11.037 | 3.058 | 2.693 | 12.138 | 6.298 |
| Trabalhista..... | 22.606 | 20.257 | 7.538 | 5.348 | 11.359 | 8.429 |
| Tributária..... | 561 | 4.457 | 1 | - | 4.261 | 1.546 |
| | <u>38.638</u> | <u>35.751</u> | <u>10.763</u> | <u>8.041</u> | <u>27.758</u> | <u>16.273</u> |

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

26. PROVISÃO PARA REAJUSTE SALARIAL DOS EMPREGADOS

Constituída provisão no valor de R\$ 4.360 para cobrir desembolsos futuros relativos ao processo de Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho, do período junho/2010 a maio/2011. O valor provisionado corresponde à parcela incontroversa do Dissídio, ou seja, a correção dos salários pelo IPC-FIPE na data base da categoria (01/06).

27. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 32).







28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|-----------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| ATIVO | | |
| CIRCULANTE | | |
| Valores a receber..... | - | 14.260 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Valores a receber..... | 14.650 | 32.085 |
| | <u>14.650</u> | <u>46.345</u> |
| PASSIVO | | |
| CIRCULANTE | | |
| Entidade de previdência a empregados..... | 43.401 | 20.506 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Entidade de previdência a empregados..... | 23.578 | 55.630 |
| | <u>66.979</u> | <u>76.136</u> |
| Efeito no Resultado: | | |
| | Controladora e Consolidado | |
| | 2011 | 2010 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | |
| Valores a receber..... | 3.322 | 3.300 |
| VARIAÇÕES MONETÁRIAS | | |
| Passivas..... | - | (810) |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | |
| Entidade de previdência a empregados..... | (39.748) | (25.070) |
| | <u>(36.426)</u> | <u>(22.580)</u> |

As condições e a natureza das operações apresentadas estão descritas nas Notas 8 e 20.

28.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

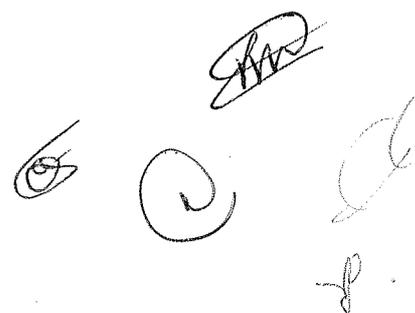
Em 31 de dezembro de 2011 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 792 com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

28.2 Remuneração de administradores

A remuneração da Administração da Empresa no exercício de 2011 foi de R\$ 3.195 (R\$ 1.139 em 2010), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 1.383 (R\$ 949 em 2010) e encargos sociais no valor de R\$ 1.812 (R\$ 190 em 2010).

28.3 Captação de água pela Sabesp dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê do qual fazem parte os reservatórios Billings e Guarapiranga, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928, autorizada inicialmente pelo Decreto Estadual nº 4.487/28, e, posteriormente, por outros instrumentos legais e contaram com a anuência da EMAE e das suas antecessoras (ELETROPAULO e Light), porém foram condicionadas à devida compensação financeira, o que, no entanto, nunca ocorreu.

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas, Decreto nº 24.643/34, como dos Serviços de Energia Elétrica, Decreto nº 41.019/57, obrigam o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios, porém prevêm o seu ressarcimento.

Várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos, visando estabelecer acordo administrativo entre as partes para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden da ordem de 101 MW médios causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Até dezembro de 2011, em face da indefinição do impasse com a SABESP, por não ter sido apresentada proposta minimamente aceitável, a EMAE solicitou a Secretaria de Energia o encaminhamento do assunto para arbitragem do CODEC – Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, que em sua manifestação sugere que a controvérsia pode ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE aprovou-se que fosse notificado o Conselho de Administração da SABESP para que o impasse relacionado à utilização da água seja submetido à arbitragem ou à celebração de acordo entre as partes.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2011 são:

| | Quantidades de Ações | | | | | |
|---|----------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Ordinárias | % | Preferenciais | % | Total | % |
| Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas: | | | | | | |
| Fazenda do Estado de São Paulo..... | 14.354.538 | 97,61 | 52.068 | 0,23 | 14.406.606 | 38,99 |
| Companhia do Metropolitano de | | | | | | |
| São Paulo - METRÔ..... | 350.832 | 2,39 | - | - | 350.832 | 0,95 |
| | <u>14.705.370</u> | <u>100,00</u> | <u>52.068</u> | <u>0,23</u> | <u>14.757.438</u> | <u>39,94</u> |
| Centrais Elétricas Brasileiras S/A. | | | | | | |
| ELETROBRÁS..... | - | - | 14.416.333 | 64,82 | 14.416.333 | 39,02 |
| ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações..... | - | - | 1.986.100 | 8,93 | 1.986.100 | 5,38 |
| Leonardo Izecksohn..... | - | - | 1.045.573 | 4,70 | 1.045.573 | 2,83 |
| Fanny Berta Izecksohn..... | - | - | 642.734 | 2,89 | 642.734 | 1,74 |
| Fundo Mútuo Inv. Ações Cart. Livre Mistyque..... | - | - | 624.300 | 2,81 | 624.300 | 1,69 |
| ELETROPAR - ELETROBRAS PART. S/A..... | - | - | 523.911 | 2,36 | 523.911 | 1,42 |
| Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães..... | - | - | 501.000 | 2,25 | 501.000 | 1,36 |
| Outros..... | - | - | 2.449.695 | 11,01 | 2.449.695 | 6,62 |
| | <u>14.705.370</u> | <u>100,00</u> | <u>22.241.714</u> | <u>100,00</u> | <u>36.947.084</u> | <u>100,00</u> |

29.2 Direitos das Ações

Conforme disposto nos artigos 4º e 30º do Estatuto Social da Empresa, as ações têm as seguintes características:

Preferenciais

- a. prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- b. direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- c. direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- d. direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

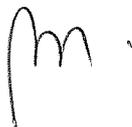
Ordinárias

- a. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembléia geral ;
- b. Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

29.3 Reserva de lucros a realizar

| | |
|----------------------------|-----------------------|
| Saldo em 31.12.2010..... | 130.931 |
| Realização da reserva..... | <u>(10.347)</u> |
| Saldo em 31.12.2011..... | <u><u>120.584</u></u> |

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2009, foi aprovada a proposta da Administração de constituição de reserva de lucros a realizar, decorrente do registro do ganho na operação de arrendamento mercantil da UTE Piratininga, de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela Deliberação CVM nº 645/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06, que trata das operações de arrendamento mercantil. A realização da reserva ocorre mediante o recebimento das parcelas, pela amortização do saldo de principal do arrendamento a receber UTE Piratininga (Nota 11).








29.4 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valor por ação):

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | R\$ (40.815) | R\$ 13.974 |
| Número de ações preferenciais..... | 22.241.714 | 22.241.714 |
| Número de ações ordinárias..... | 14.705.370 | 14.705.370 |
| Total..... | 36.947.084 | 36.947.084 |
| Lucro por ação básico e diluído | | |
| Ação Preferencial..... | R\$ (1,1462) | R\$ 0,3924 |
| Ação Ordinária..... | R\$ (1,0420) | R\$ 0,3567 |

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

30.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

| | Controladora e Consolidado | |
|--|-------------------------------|-----------------------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| RECEITA OPERACIONAL | | |
| Fornecimento de energia..... | 26.116 | 21.979 |
| Suprimento de energia - leilão..... | 102.286 | 96.859 |
| Suprimento de energia - comercializadores..... | 2.918 | 3.963 |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | 31.449 | 20.337 |
| Renda da prestação de serviços..... | 29.123 | 25.850 |
| Outras receitas..... | 1.039 | 811 |
| | <u>192.931</u> | <u>169.799</u> |
| DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL | | |
| Quota para reserva global de reversão - RGR..... | (4.126) | (4.276) |
| COFINS sobre receitas operacionais..... | (17.768) | (16.145) |
| PIS sobre receitas operacionais..... | (3.857) | (3.505) |
| Imposto sobre serviços - ISS..... | (1.457) | (1.671) |
| Pesquisa e desenvolvimento..... | (1.630) | (1.421) |
| | <u>(28.838)</u> | <u>(27.018)</u> |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA..... | <u>164.093</u> | <u>142.781</u> |






30.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

Os CCEAR's decorrentes dos Leilões apresentados na tabela do item 1.1, têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

| Concessionárias | Mês de Reajuste | Produto 2005-2012 | Produto 2006-2013 | Produto 2007-2014 | 4º Leilão 2009-2016 | Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038 | ENERGIA NOVA P2 - 2009-2038 | Energia Nova 2010-2039 |
|--|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Santa Cruz e Celb | Fevereiro | 81,73 | 92,97 | 101,75 | 123,13 | 147,43 | 147,43 | 147,42 |
| Ampla | Março | 82,38 | 93,71 | 102,57 | - | 148,61 | 148,61 | 148,60 |
| Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe | Abril | 83,03 | 94,45 | 103,38 | 125,09 | 149,79 | 149,79 | 149,77 |
| Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina | Maiο | 83,67 | 95,18 | 104,17 | - | 150,94 | 150,94 | 150,93 |
| Energisa e Copel | Junho | 84,06 | 95,63 | 104,66 | - | 151,65 | 151,65 | 151,64 |
| Celtins e Eletropaulo | Julho | 84,19 | 95,77 | 104,82 | 126,84 | 151,88 | 151,88 | 151,86 |
| Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa | Agosto | 84,32 | 95,92 | 104,99 | 127,04 | 152,12 | 152,12 | 152,11 |
| Celg | Setembro | 84,64 | 96,28 | 105,38 | 127,51 | 152,68 | 152,68 | 152,67 |
| Bandeirante, CEEE e Piratininga | Outubro | 85,08 | 96,79 | 105,94 | 128,19 | 153,49 | 153,49 | 153,48 |
| Light | Novembro | 85,45 | 97,21 | 106,39 | - | 154,15 | 154,15 | 154,14 |

30.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de diversos leilões de compra de energia realizados em 2011, que resultaram no fornecimento para consumidores livres e no suprimento para comercializadoras de energia (*ex-post*), resultando em um faturamento de, respectivamente, R\$ 26,1 milhões e R\$ 2,9 milhões.

30.4 Energia Elétrica Vendida

| | Controladora e Consolidado | | | |
|---|----------------------------|------------------|----------------|----------------|
| | MWh (*) | | R\$ mil | |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Fornecimento (1) | | | | |
| Fornecimento de energia para consumidores livres..... | 165.210 | 153.069 | 26.116 | 21.979 |
| Suprimento | | | | |
| Energia de leilão..... | 1.126.462 | 1.127.592 | 102.286 | 89.291 |
| Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD..... | - | - | - | 7.568 |
| | <u>1.126.462</u> | <u>1.127.592</u> | <u>102.286</u> | <u>96.859</u> |
| Agentes comercializadores..... | 62.801 | 36.020 | 2.918 | 3.963 |
| | <u>1.189.263</u> | <u>1.163.612</u> | <u>105.204</u> | <u>100.822</u> |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2) | | | | |
| Energia de curto prazo..... | - | - | 31.449 | 20.337 |
| Total..... | <u>1.354.473</u> | <u>1.316.681</u> | <u>162.769</u> | <u>143.138</u> |

(1) Classificam-se como "fornecimento" as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados "bilaterais", estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Em 2008 inclui principalmente, o despacho da Usina Termoeletrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

30.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| DAEE (Barragem Móvel Penha)..... | 5.924 | 4.166 |
| Petrobras (UTE's)..... | 20.920 | 19.521 |
| PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda)..... | 1.830 | 1.746 |
| CTEEP (Subestação Piratininga)..... | 311 | 281 |
| Outros serviços..... | 138 | 136 |
| | <u>29.123</u> | <u>25.850</u> |










31. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

| | Custos de operação | | Custos do serviço prestado a terceiros | | Despesas gerais e administrativas | | Outras receitas e despesas | | TOTAL | | | | |
|---|----------------------------|------------------|--|--------------|-----------------------------------|-----------------|----------------------------|-----------------|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | Controladora e Consolidado | | | | |
| | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 | 31.12.10 | 31.12.11 |
| Energia de curto prazo - CCEE..... | (5.994) | (5.620) | - | - | - | - | - | - | (5.994) | (5.620) | (5.994) | (5.620) | (5.994) |
| Energia elétrica comprada para revenda..... | - | (349) | - | - | - | - | - | - | - | (349) | - | (349) | - |
| Encargos de uso da rede elétrica..... | (3.323) | (3.967) | - | - | - | - | - | - | (3.323) | (3.967) | (3.323) | (3.967) | (3.323) |
| Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos..... | (7.166) | (9.450) | - | - | - | - | - | - | (7.166) | (9.450) | (7.166) | (9.450) | (7.166) |
| Pessoal..... | (86.850) | (80.729) | (1.068) | (778) | (19.303) | (19.988) | - | - | (107.221) | (101.495) | (107.221) | (101.495) | (107.221) |
| Administradores..... | - | - | (3.195) | - | (1.139) | - | - | - | (3.195) | (1.139) | (3.195) | (1.139) | (3.195) |
| Entidade de previdência a empregados..... | (39.748) | (25.070) | - | - | - | - | - | - | (39.748) | (25.070) | (39.748) | (25.070) | (39.748) |
| Material..... | (3.358) | (4.564) | - | (21) | (1.378) | (1.666) | - | - | (4.736) | (6.251) | (4.736) | (6.251) | (4.736) |
| Serviço de terceiros..... | (21.498) | (22.615) | (7) | (27) | (10.034) | (9.973) | - | - | (31.539) | (32.615) | (31.539) | (32.615) | (31.539) |
| Depreciação..... | (27.398) | (27.530) | - | - | (1.289) | (1.295) | - | - | (28.687) | (28.825) | (28.687) | (28.825) | (28.687) |
| Taxa de fiscalização - ANEEL..... | - | - | - | - | (497) | (410) | - | - | (497) | (410) | (497) | (410) | (497) |
| Arrendamentos e aluguéis..... | - | - | - | - | (755) | (654) | - | - | (755) | (654) | (755) | (654) | (755) |
| Baixa de valores a receber..... | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários..... | (14.270) | (11.074) | - | - | - | - | - | - | (14.270) | (11.074) | (14.270) | (11.074) | (14.270) |
| Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários..... | 11.383 | 4.465 | - | - | - | - | - | - | 11.383 | 4.465 | 11.383 | 4.465 | 11.383 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | - | - | (520) | - | - | - | - | (2.644) | (520) | (2.644) | (520) | (2.644) | (520) |
| Provisão para riscos socioambientais..... | (15.625) | - | - | - | - | - | - | - | (15.625) | - | (15.625) | - | (15.625) |
| Outras provisões..... | (4.360) | - | - | - | - | - | - | - | (4.360) | - | (4.360) | - | (4.360) |
| Perda pela recuperabilidade de ativos CPC 01..... | - | - | - | - | - | - | (61.212) | - | (61.212) | - | (61,212) | - | (61,212) |
| Ganho na alienação imóvel Av. Sabará..... | - | - | - | - | - | - | - | 2.799 | - | 2.799 | - | 2.799 | - |
| Ganho na alienação Usina de Sodré..... | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ganho na alienação imóvel Traição..... | - | - | - | - | - | - | - | 16.026 | - | 16.026 | - | 16.026 | - |
| Ganho na alienação imóvel Lote M Cubatão..... | - | - | - | - | - | - | - | 1.910 | - | 1.910 | - | 1.910 | - |
| Ganho na alienação imóvel Lote N Cubatão..... | - | - | - | - | - | - | - | 1.990 | - | 1.990 | - | 1.990 | - |
| Ganho na alienação imóvel Av. dos Autonomistas..... | - | - | - | - | - | - | - | 7.338 | - | 7.338 | - | 7.338 | - |
| Ganho na alienação imóvel..... | - | - | - | - | - | - | - | 745 | - | 745 | - | 745 | - |
| Receita de equivalência patrimonial..... | - | - | - | - | - | - | - | - | 195 | - | 195 | - | 195 |
| Outras..... | (4.872) | (5.653) | - | - | (111) | - | 87 | (410) | (4.896) | (6.063) | (4.896) | (6.063) | (4.896) |
| Total..... | (223.079) | (192.156) | (1.075) | (826) | (37.082) | (35.125) | 490 | (33.861) | (294.902) | (227.617) | (295.097) | (227.617) | (295.097) |

31.1 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE | | |
| Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1)..... | 5.994 | 5.620 |
| Uso da Rede Elétrica | | |
| Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)..... | 3.323 | 3.967 |

(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.

(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.

32. RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receitas | | | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras..... | 2.187 | 1.363 | 2.446 | 1.363 |
| Atualização de valores a receber - DAEE..... | 3.322 | 3.300 | 3.322 | 3.300 |
| Atualização do arrendamento UTE Piratininga..... | 31.761 | 32.889 | 31.761 | 32.889 |
| Atualização de quotas subordinadas FIDC..... | 481 | 471 | 481 | 471 |
| Juros sobre alienação de bens e direitos..... | 1.388 | 438 | 1.388 | 438 |
| Outras..... | 103 | 69 | 103 | 69 |
| | <u>39.242</u> | <u>38.530</u> | <u>39.501</u> | <u>38.530</u> |
| Despesas | | | | |
| Juros FIDC..... | (206) | (403) | (206) | (403) |
| Outras:..... | | | | |
| Encargos sobre tributos e contribuições sociais..... | (396) | (145) | (396) | (145) |
| Atualização selic sobre projetos P&D..... | (396) | (185) | (396) | (185) |
| Atualiz. pré-venda de energia elétrica..... | - | (367) | - | (367) |
| Atualiz. TUSDg..... | (176) | (270) | (176) | (270) |
| Juros sobre RGR..... | (810) | (810) | (810) | (810) |
| Outras..... | (81) | (99) | (81) | (99) |
| | <u>(2.065)</u> | <u>(2.279)</u> | <u>(2.065)</u> | <u>(2.279)</u> |
| Variações Monetárias | | | | |
| Variações monetárias ativas..... | 75.772 | 85.007 | 75.772 | 85.007 |
| Variações monetárias passivas..... | (2.515) | (4.562) | (2.515) | (4.562) |
| | <u>73.257</u> | <u>80.445</u> | <u>73.257</u> | <u>80.445</u> |
| | <u>110.434</u> | <u>116.696</u> | <u>110.693</u> | <u>116.696</u> |




33. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

| Risco | Início da vigência | Término da vigência | Importância segurada | Prêmio |
|--|--------------------|---------------------|----------------------|------------|
| Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1)..... | 09.04.2011 | 09.04.2012 | 3.200 | 247 |
| Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2)..... | 08.02.2011 | 08.02.2012 | 1.000 | 53 |
| Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)..... | 28.11.2011 | 28.11.2012 | 324 | 2 |
| | | | <u>4.524</u> | <u>302</u> |

- (1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa à terceiros.
- (2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- (3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao FIDC e às aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de FIDC, líquido das aplicações financeiras.

| Indicador | Cenário I Provável | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
|-----------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| CDI | 11,59 | 14,49 | 17,38 |

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

| Passivo Financeiro | Risco | Cenário I Provável | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) |
|--------------------|-----------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| FIDC | Variação do CDI | 157 | 403 | 649 |

A Empresa, em decorrência da variação dos índices projetados, teria uma saída de caixa de R\$ 157 na ocorrência do cenário provável, enquanto que no cenário possível e remoto as saídas de caixa seriam de R\$ 403 e R\$ 649 respectivamente comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.




Com base na posição patrimonial dos instrumentos financeiros em 31.12.2011, a Empresa adotando os cenários de variações, estimou que os efeitos em 31.12.2012, seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

| Passivo Financeiro | 31.12.2011 | | 31.12.2010 | |
|--------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor contábil | Valor de mercado | Valor contábil | Valor de mercado |
| FIDC | 8.509 | 8.764 | 27.654 | 28.603 |

(c) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema, são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011). Durante 2010 vigorou a TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009).

(e) Derivativos

Em 2011 e 2010, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(f) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.








35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|----------|
| | 31.12.11 | 31.12.10 |
| Juros pagos..... | 1.546 | 1.334 |
| Juros recebidos..... | 3.678 | 1.869 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos..... | 18.398 | 585 |
| Dividendos obrigatórios propostos a pagar..... | - | 3.122 |

36. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento a legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o exercício de 2011 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 259 e despesas no valor de R\$ 64, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 195 na Empresa Controladora. Durante o exercício 2012 será pago a EMAE um montante de R\$ 184 a título de dividendos.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ao longo deste relatório foram citados os seguintes eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2011:

38.1 Publicação no Diário Oficial da União, em 16/03/2012, do despacho nº 720 da ANEEL, sobre as prorrogações das concessões da EMAE (itens 1.2 e 16.2)

38.2 Deliberação do Conselho de Administração da EMAE, em 22/03/2012, sobre notificação à SABESP (item 28.3)







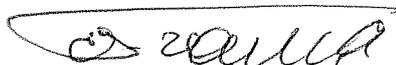
DIRETORIA



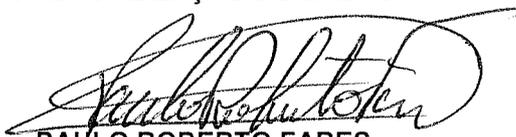
RICARDO DARUIZ BORSARI
DIRETOR PRESIDENTE



GENIVALDO MAXIMILIANO DE AGUIAR
DIRETOR TÉCNICO



CARLOS EDUARDO EPAMINONDAS FRANÇA
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA



PAULO ROBERTO FARES
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES



ARMANDO MORIOKA
GERENTE DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO



ROBERTO BAPTISTA DA SILVA
GERENTE DA DIVISÃO
DE CONTABILIDADE
CONTADOR – CRC 1SP171532/O-8



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES

CONSELHEIROS

ANTONIO HENRIQUE COSTA GROSS
HOMERO VAZ DO AMARAL NETO
LUIZ ANTONIO FELICIANO
RICARDO VASSÃO DOS SANTOS

CELSO LUIZ GOMES DE FIGUEIREDO
JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO
MARCIO REA

FRANCISCO GRAZIANO NETO
JOSÉ GREGORI
RICARDO DARUIZ BORSARI

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subseqüentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Relatório dos Auditores Independentes, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

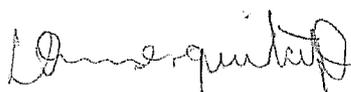
Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação do Conselho de Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, observadas as ênfases do referido Relatório, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 22 de março de 2012.


Adriana Paranhos Pinto


Alexandre Modonezi de Andrade


Deraldo de Souza Mesquita Junior


Maria Lígia Medici


Mary-Annie Cairns Guerrero





AOS ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE
SÃO PAULO – SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

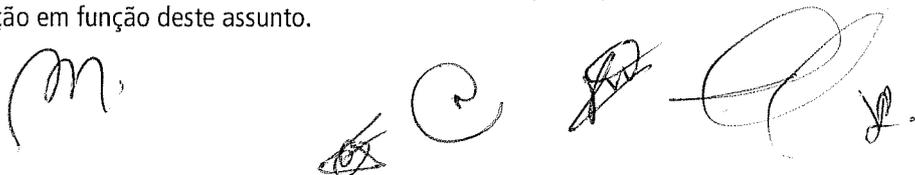
As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Continuidade normal das operações

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), tem sofrido contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as recentes experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 511.394 mil em 31 de dezembro de 2011, composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme nota explicativa 1.2, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos cinco aproveitamentos hidrelétricos. O Diretor-Geral da ANEEL, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, resolve encaminhar ao Ministério de Minas e Energia – MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, nos seguintes termos: (i) Usinas Hidrelétricas Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, pelo prazo de 20 (vinte) anos, de forma não onerosa, contados das datas de vencimento das respectivas outorgas; (ii) UHE Izabel, com recomendação de indeferimento do pedido, devendo os bens relativos a este empreendimento ser revertidos para a União e (iii) UHE Edgard de Sousa, pelo sobrestamento do exame do pedido, até que a análise da revisão do projeto básico desse empreendimento seja concluída pela Superintendência de Gestão de Recursos Hidroenergéticos – SGH da ANEEL. Dessa forma, devem ser mantidos os atuais níveis de rentabilidade e de atividade, uma vez que as usinas excluídas não participam da receita atual. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.



Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa 16.4, a administração da Empresa preparou, com base no seu valor em uso, na decisão de Diretoria da ANEEL, de 06 de março de 2012, relativa ao processo de prorrogação de concessão de suas usinas hidrelétricas e, considerando a indenização correspondente ao valor residual dos livros ao final da concessão, atualizado monetariamente pelo IGP-M, um fluxo de caixa descontado de suas operações até novembro de 2032, para cada unidade de geração de caixa. A estimativa preparada pela Administração indica que o valor presente é suficiente para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 das usinas Rasgão e Porto Góes. No entanto, para a UHE Henry Borden as projeções, indicaram necessidade e foi realizado ajuste de R\$ 61 milhões no ativo imobilizado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2011, elaborado sob a responsabilidade da administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2010, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 30 de março de 2011, que não conteve qualquer modificação e ênfases similares aos parágrafos de ênfase acima, exceto quanto a redução ao valor recuperável de ativos.

São Paulo, 22 de março de 2012.



UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP
JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador CRC 1 RS 43679 S SP
CNAI N° 539
Sócio – Responsável Técnico

